



Confederação Nacional da Indústria  
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



# BRICS

## Business Council

---

B R A Z I L   S E C T I O N

Programa de Trabalho

**CEBRICS**

Conselho Empresarial  
Brasil, Rússia, Índia,  
China e África do Sul

2016  
2017









# MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Conselho Empresarial do BRICS (CEBRICS) foi criado em 2013, na Cúpula de Durban, na África do Sul. Ao longo desses três últimos anos, o Conselho se consolidou e o número de empresas e entidades setoriais participantes foi ampliado por meio da instituição de sete grupos de trabalho: Agronegócios; Desenvolvimento de Competências; Desregulamentação; Energia; Infraestrutura; Manufaturados; e Serviços Financeiros.

A Rússia, a Índia, a China e a África do Sul são economias com características próprias, que têm se tornado cada vez mais relevantes para o setor privado brasileiro por representarem oportunidades de expansão de mercados e fontes de investimentos.

O estoque de investimentos do Brasil no BRICS alcançou US\$ 370 milhões em 2015, estando em uma curva crescente, apesar de ainda muito reduzido frente ao total de estoque de investimentos brasileiros no exterior. O intercâmbio comercial intra-BRICS apresenta, igualmente, potencial a ser explorado.

No que se refere a exportações intra-BRICS, o Brasil fica em segundo lugar, após a China, o que demonstra a relevância desses mercados para nossas exportações. A pauta brasileira de exportação é, todavia, muito concentrada em produtos básicos, tais como soja, minérios e combustíveis, e no mercado chinês. Assim, temos o desafio de ampliar, diversificar e

agregar valor à pauta de exportações para os demais países do BRICS.

Precisamos também aprofundar nosso conhecimento a respeito das oportunidades para investimentos brasileiros nesses países, com foco nas nossas competências e no aumento da competitividade global de nossas empresas, bem como apresentar oportunidades para investimentos no Brasil, em especial em projetos de infraestrutura, aos demais membros do Conselho. Nesse último aspecto, o Novo Banco de Desenvolvimento é um importante catalizador dos projetos de interesse do BRICS e, por isto, está no centro da agenda do Conselho.

No intuito de fortalecer os fluxos de comércio e investimentos, a Seção Brasileira do CEBRICS, secretariada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vem atuando na construção de uma agenda brasileira para o BRICS, que envolve temas de interesse do setor privado relativos a, por exemplo, negociações, acesso a mercados, facilitação de comércio e investimentos, e parcerias estratégicas.

Este Programa de Trabalho traz os principais objetivos da Seção Brasileira do CEBRICS a serem perseguidos em suas relações com os demais países do BRICS, e demanda a ação conjunta dos membros do Conselho, bem como do governo brasileiro para sua realização.



## José Rubens de la Rosa

Presidente da Seção Brasileira do Conselho Empresarial do BRICS  
*Marcopolo*

08

INTRODUÇÃO

14

COOPERAÇÃO  
E ACORDOS

22

DIÁLOGOS E ENCONTROS  
GOVERNAMENTAIS NO BRICS

## PROGRAMA DE TRABALHO

08	Estrutura Institucional do CEBRICS	14	Sistema de Pagamentos em Moeda Local	22	Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do BRICS
10	Estrutura Institucional da Seção Brasileira do CEBRICS	15	Mobilidade de Pessoas e Negócios Internacionais	23	Diálogos entre Ministros de Estado do BRICS
10	Secretaria Executiva	15	Facilitação de Comércio		Grupo de Contato sobre Questões Econômicas e de Comércio do BRICS
10	Membros do Comitê Executivo	17	Acordo de Previdência Social	23	<i>[BRICS Contact Group on Economic and Trade Issues (CGETI)]</i>
11	Participação Brasileira nos Grupos de Trabalho	18	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos		Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS
		18	Propriedade Intelectual		Fórum Financeiro do BRICS
		18	Identificação, Monitoramento e Superação de Barreiras Comerciais	24	Conselho de <i>Think Tanks</i> do BRICS
		21	Parceria em Etanol	25	
		21	Parceria em Desenvolvimento de Competências		



- 27 Acordos Mercosul-Índia  
e Mercosul-SACU
- 28 Barreiras Comerciais às  
Exportações Brasileiras para  
os Demais Países do BRICS
- 28 Biscoitos, bolos e massas
- 29 Carnes
- 29 Couro
- 29 Equipamentos médicos  
e odontológicos
- 30 Etanol
- 30 Máquinas e equipamentos
- 31 Multisetorial - Vírus Zika
- 31 Papel e celulose
- 31 Soja
- 31 Suco de laranja
- 33 Adido de Indústria e  
Comércio nas Embaixadas  
do Brasil nos Demais  
Países do BRICS

- 34 Novo Banco de  
Desenvolvimento

- 35 Resultados 2015-2016
- 37 Relatório de Atividades  
2015-2016
- 42 Contatos





# ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO CEBRICS

## CONSELHO EMPRESARIAL DO BRICS

O Conselho Empresarial do BRICS (CEBRICS) foi criado em 2013, na V Cúpula dos BRICS, em Durban, na África do Sul, reunindo membros dos cinco países – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

## MEMBROS CONSELHEIROS



## MISSÃO

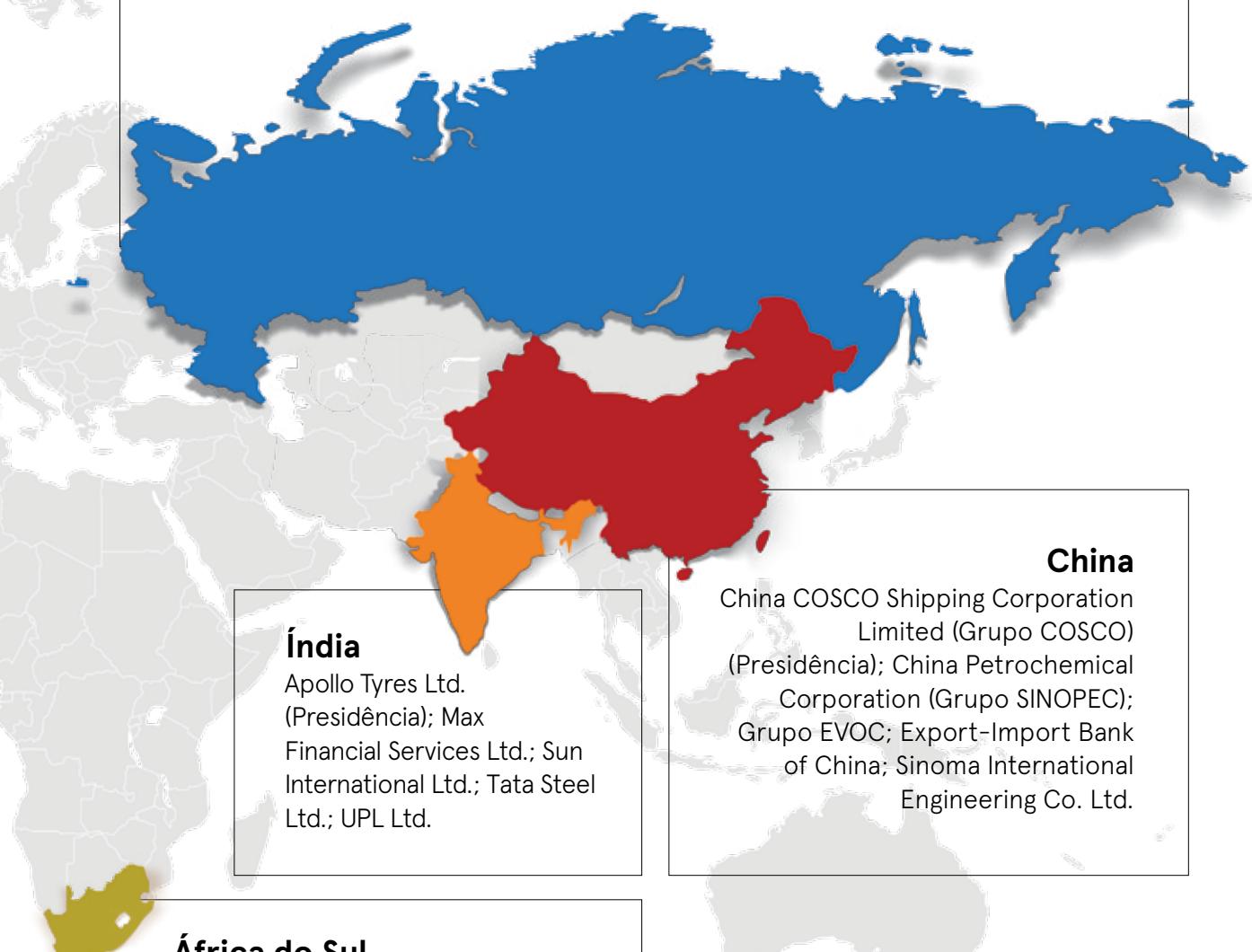
O CEBRICS foi constituído para fortalecer e promover os laços econômicos, comerciais, de negócios e investimentos entre as comunidades empresariais dos países que compõem o BRICS, assegurando o diálogo regular entre as comunidades empresariais e os governos e identificando os problemas e gargalos no âmbito de comércio e investimentos nas suas relações.

## ENCONTROS

O Conselho se reúne, pelo menos, duas vezes ao ano, na Reunião de Meio de Ano e na Reunião Anual, que ocorre no mesmo período da realização da Cúpula do BRICS, que reúne os Chefes de Estado e de Governo dos cinco países.

## Rússia

Corporação Estatal Banco de Desenvolvimento e Comércio Exterior (Vnesheconombank); Câmara de Comércio e Indústrias da Federação Russa - CCIFR (Presidência); Companhia Gestora do Fundo Russo de Investimentos Diretos S.A.R.L.; Ferrovias Russas S.A. (RZHD); Corporação Estatal para Promoção de Elaboração e Exportação de Produção Industrial de Alta Tecnologia (Rostekh).



## Índia

Apollo Tyres Ltd. (Presidência); Max Financial Services Ltd.; Sun International Ltd.; Tata Steel Ltd.; UPL Ltd.

## China

China COSCO Shipping Corporation Limited (Grupo COSCO) (Presidência); China Petrochemical Corporation (Grupo SINOPEC); Grupo EVOC; Export-Import Bank of China; Sinoma International Engineering Co. Ltd.

## África do Sul

African Rainbow Minerals (ARM); Aspen Pharmacare; Sekunjalo Group; Transnet SOC Ltd. (Presidência); Zungu Investments Company Limited (Zico).



# ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA SEÇÃO BRASILEIRA DO CEBRICS

## MEMBROS

A Seção Brasileira do CEBRICS é formada pelos membros conselheiros, Banco do Brasil, Gerdau, Marcopolo, Vale e WEG, e por empresas, associações setoriais e outras entidades, membros dos grupos de trabalho.

## COMITÊ EXECUTIVO

O Comitê Executivo é o órgão representativo da seção brasileira do Conselho, que reúne os membros conselheiros e os membros dos grupos de trabalho e é responsável pela análise de pertinência da agenda de políticas da Seção Brasileira do CEBRICS, contando para isso com o apoio da Secretaria Executiva.

## PRESIDÊNCIA

A Seção Brasileira do CEBRICS é presidida pela Marcopolo.

## SECRETARIA EXECUTIVA

A CNI é responsável pela Secretaria Executiva da Seção Brasileira do CEBRICS. A Secretaria Executiva assessorá o Presidente e o Comitê Executivo no desenvolvimento de suas iniciativas, incluindo a formulação de seu Programa de Trabalho e da estratégia na defesa de interesses, bem como nos assuntos administrativos que se façam necessários.

## ENCONTROS

O Comitê Executivo se reúne, pelo menos, duas vezes ao ano, podendo ser convocado para reuniões extraordinárias.

## PROGRAMA DE TRABALHO

A Seção Brasileira do CEBRICS se organiza em torno de um Programa de Trabalho, avaliado e aprovado pelos membros do Comitê Executivo.



# MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO

## PRESIDÊNCIA

José Rubens de La Rosa, Marcopolo

## ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO EMPRESARIAL

- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE
- Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base - ABDIB
- Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne - ABIEC
- Associação Brasileira das Indústrias Médico, Odontológicos, Hospitalares e de Equipamentos de Laboratório - ABIMO
- Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ
- Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA
- Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos - CitrusBR
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA
- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN
- Indústria Brasileira de Árvores - IBÁ
- Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - SINICON
- União da Indústria de Cana de Açúcar - ÚNICA

## **EMPRESAS E GRUPOS EMPRESARIAIS**

- |                     |                  |                   |                    |                  |          |
|---------------------|------------------|-------------------|--------------------|------------------|----------|
| - Andrade Gutierrez | - Camargo Corrêa | - Engenharia CNEC | - GE Participações | - Marcopolo      | - Raízen |
| - Andritz           | - WorleyParsons  | - EDF Brasil      | - Grupo Randon     | - OAS            | - Suez   |
| - Banco do Brasil   | - CSE            | - Eletrobrás      | - Intercement      | - Odebrecht      | - Vale   |
| - BRF               |                  |                   | - Intertechne      | - Progen         | - Weg    |
|                     |                  |                   |                    | - Queiroz Galvão |          |

## **OUTRAS ENTIDADES**

- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - Apex-Brasil
- Fundação Getúlio Vargas - FGV
- Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

## **SECRETARIA EXECUTIVA**

### **CONFEDERAÇÃO NACIONAL INDÚSTRIA (CNI)**

- Robson Braga de Andrade, Presidente
- Carlos Eduardo Abijaodi, Diretor de Desenvolvimento Industrial
- Diego Bonomo, Gerente Executivo de Comércio Exterior
- Constanza Negri, Gerente de Política Comercial
- Silvia Menicucci, Especialista, Secretária Executiva do Conselho, Gerência de Política Comercial
- Michelle Queiroz, Analista, Gerência Executiva de Comércio Exterior



# **PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NOS GRUPOS DE TRABALHO**

## **AGRONEGÓCIOS**

- ABIEC
  - ABPA
  - BRF
  - CitrusBR
  - CNA
  - IBÁ (Líder)
  - Raízen
  - ÚNICA
- Andritz
  - Camargo Correa
  - CNEC WorleyParsons
  - CPFL
  - CSE Engenharia
  - CWEUI (Brasil) Participações
  - EDF Brasil
  - Eletrobrás (Líder)
  - Intertechne
  - PCE Engenharia
  - Raízen Suez
  - Voith

## **DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS**

- SENAI (Líder)

## **DESREGULAMENTAÇÃO**

- CNI (Líder)

## **ENERGIA**

- ABDIB
- Alston Brasil

## **INFRAESTRUTURA**

- ABDIB (Líder)
- Andrade Gutierrez
- Camargo Correa
- OAS
- Odebrecht
- Progen

## **MANUFATURADOS**

- SINICON
  - Vale
- ABIMAQ
  - ABINEE
  - FGV
  - Gerdau
  - Grupo Randon
  - Intercement
  - Marcopolo
  - Vale (Líder)
  - WEG

## **SERVIÇOS FINANCEIROS**

- Banco do Brasil
- Camargo Correa
- IBEF (Líder)





# PROGRAMA DE TRABALHO



O Programa de Trabalho da Seção Brasileira do CEBRICS referente ao período 2016-2017 foi elaborado pela Secretaria Executiva, com participação dos membros do Comitê Executivo, tendo como objetivo a melhoria do ambiente de negócios e o aumento do fluxo de comércio e investimentos no BRICS. Os temas de interesse foram reunidos em quatro áreas: (1) Cooperação e Acordos; (2) Diálogos e Encontros Governamentais; (3) Acesso a Mercados; e (4) Novo Banco de Desenvolvimento.

# 1

## COOPERAÇÃO E ACORDOS

### 1.1. SISTEMA DE PAGAMENTOS EM MOEDA LOCAL

A Seção Brasileira do CEBRICS apoia a celebração de um acordo para a utilização do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) entre os países do BRICS, que permita aos importadores e exportadores brasileiros e dos demais países (Rússia, Índia, China e África do Sul) a realização de pagamentos e recebimentos em suas respectivas moedas, nos moldes do acordo existente entre o Brasil e a Argentina.

A execução do sistema proposto deve ficar sob a responsabilidade dos bancos centrais dos respectivos países e das instituições financeiras participantes do sistema, e sua utilização deve ser voluntária por parte dos agentes. Um SML dessa natureza possibilitaria o aumento do nível de acesso dos pequenos e médios agentes no comércio entre os países do BRICS, a utilização de moedas locais, e a redução dos custos financeiros e administrativos das transações comerciais.

## **1.2. | MOBILIDADE DE PESSOAS E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS**

A mobilidade transfronteiriça de pessoas vem assumindo cada vez mais importância para os negócios na medida em que a economia mundial tem se tornado mais conectada. A participação em cadeias globais de valor, com o consequente aumento de comércio de bens e serviços intermediários e do comércio intra-firma, tem sido fundamental para a competitividade das empresas. Nesse cenário, o fluxo de empresários entre os países passa a ser estratégico para que as empresas possam acessar mercados no exterior, encontrar especialistas para seus projetos, interagir com clientes, parceiros e investidores, gerenciar diferentes equipes, e implementar os planos de internacionalização das empresas.

A Seção Brasileira do CEBRICS considera que o tema de mobilidade transfronteiriça de pessoas seja um aspecto de facilitação de comércio, relacionado aos procedimentos que regulam a entrada e a saída de estrangeiros em um país. Nesse sentido, defende que sejam adotados arranjos para isenção recíproca ou unilateral da exigência de vistos de curta duração entre os países do BRICS, assim como procedimentos de facilitação de entrada para fins de negócios, com a adoção de um BRICS Business Travel Card.

## **1.3. | FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO**

A Seção Brasileira do CEBRICS defende o fortalecimento da cooperação no BRICS relativa à facilitação de comércio, apoiando a efetiva implementação pelos governos dos seus compromissos no âmbito do Acordo de Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

**Seguem as datas de aceitação pelos países do BRICS do Protocolo de Emenda para inserir o Acordo de Facilitação de Comércio no Anexo 1A do Acordo da OMC: Brasil (29.03.2016); Rússia (22.04.2016); Índia (22.04.2016); e China (04.09.2015). África do Sul ainda não depositou o instrumento de aceitação.**

Nesse intuito, sugere-se a criação de um foro BRICS de diálogo e colaboração que reúna voluntariamente as entidades públicas e privadas, envolvidas no desenho, desenvolvimento e administração dos portais únicos de comércio exterior dos países do BRICS. Esse foro teria como objetivos: (i) promover o uso dos portais únicos de comércio exterior como instrumento de apoio ao setor público e privado nos seus esforços para facilitar o comércio; (ii) criar, centralizar e difundir o conhecimento com base em análises, estudos e intercâmbio de experiências e melhores práticas dos portais únicos de comércio exterior existentes nos países do BRICS e reconhecidas em organismos internacionais, tais como a OMC, a Organização Mundial de Aduanas e o Centro para Facilitação do Comércio e Comércio Eletrônico da Organização das Nações Unidas; e (iii) promover a interação dos portais únicos de comércio exterior dos países do BRICS e o intercâmbio eletrônico de dados e documentos.



Ainda na perspectiva de facilitação de comércio, a existência de programas de Operador Econômico Autorizado (OEA) nos países do BRICS e a celebração de futuros Acordos de Reconhecimento Mútuo (ARM) são fatores essenciais para simplificar os procedimentos aduaneiros no comércio entre empresas desses países, pelo estabelecimento de padrões de segurança e informações aceitáveis para todas as partes. Os ARM, pelos seus reflexos positivos na integração das cadeias produtivas e na fluidez do comércio internacional, são fundamentais para aumentar a competitividade.

No Brasil, o OEA tem sido implemen-

<b>Instituído</b>	tado pela RFB de forma incremental.
<b>pela Instrução</b>	Os intervenientes credenciados terão burocracias reduzidas em relação aos procedimentos aduaneiros, diminuindo ao máximo a intervenção da aduana no processo, gerando celeridade e maior confiabilidade e transparência. O programa proporcionará reflexos positivos na integração das cadeias produtivas e na fluidez do comércio internacional.
<b>Normativa da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1.521, de 04 de dezembro de 2014 [DOU de 05.12.2014], a qual foi revogada</b>	Até o momento, o Brasil não possui nenhum ARM de OEA firmado com seus parceiros comerciais. Há planos de trabalho conjunto firmados com os Estados Unidos da América e o Uruguai. No âmbito do BRICS, a China se destaca por possuir ARM de OEA em operação com Cingapura, Coréia do Sul, Honk Kong, União Europeia, estando em fase avançada de negociação com os Estados Unidos da América. Os demais países do BRICS precisam ainda concluir a implementação dos seus respectivos programas.
<b>CHINA CUSTOMS. Customs AEO Mutual Recognition Helps Domestic Enterprises Go Global. 27 November 2015. Disponível em: <a href="http://english.customs.gov.cn/statics/98ed3364-3389-421b-9f58-86f7faf32eab.html">http://english.customs.gov.cn/statics/98ed3364-3389-421b-9f58-86f7faf32eab.html</a> [Acesso em 02.03.2016]</b>	No propósito de agilizar a assinatura de futuros ARM, a Seção Brasileira do CE-BRICS defende que seja firmado um plano de trabalho conjunto para iniciar a troca de informações a respeito dos respectivos programas de OEA dos países do BRICS, visando tornar os procedimentos burocráticos de importações e exportações entre os países do grupo mais céleres. Com os ARMs, os procedimentos adotados na certificação de OEA nos países do BRICS poderão ser considerados equivalentes. As empresas brasileiras, participantes do



OEA, serão automaticamente reconhecidas na aduana como empresas de baixo risco, tornando a exportação mais ágil, e possibilitando aumento de competitividade aos produtos brasileiros nos mercados chinês, indiano, russo e sul-africano, assim como maior inserção das empresas brasileiras nas cadeias de valor.

#### 1.4. | ACORDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CEBRICS apoia a celebração de um acordo de previdência social entre os cinco países do BRICS ou, alternativamente, a assinatura de acordos bilaterais pelo Brasil com tais países. Esse acordo possibilitará o reconhecimento das contribuições à previdência social dos nacionais de cada país do BRICS que trabalham nos demais países do grupo. Tais acordos trazem ainda ganhos econômicos para as empresas atuantes nos mercados do BRICS ao evitar a dupla contribuição aos cinco sistemas previdenciários, sendo estratégico para a internacionalização de empresas brasileiras.

O Brasil não possui acordo de previdência social com nenhum dos países do BRICS. Em vista dos ganhos econômicos decorrente da não dupla contribuição e das facilidades administrativas, tais acordos se tornam relevantes para o maior fluxo comercial e de investimentos no âmbito dos países do BRICS.

**O Brasil possui acordos de previdência social firmados e vigentes, conforme segue:** (a) acordos plurilaterais: Ibero-americano (a convenção está em vigor para os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, El Salvador, Equador, Espanha, Paraguai, Portugal e Uruguai); e Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai); (b) acordos bilaterais: Alemanha, Bélgica, Cabo Verde, Canadá, Chile, Coreia, Espanha, França, Grécia, Itália, Japão, Luxemburgo e Portugal. Em processo de ratificação, existem ainda os acordos bilaterais firmados com Estados Unidos da América, Quebec e Suíça, e um acordo plurilateral firmado com os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). **PRÉVIDENCIA SOCIAL.** Acordos Internacionais. Última modificação: 12.08.2016. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia-assuntos-internacionais/assuntos-internacionais-acordos-internacionais-portugues/> [Acesso em 12.09.2016]

## 1.5. | ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS

<p><b>A Índia e a África do Sul estão reavaliando seus modelos de acordos bilaterais de proteção de investimentos e a troca de experiências pode ser relevante para melhores soluções para proteção de investimentos.</b></p> <p><b>FRITZ, Thomas. International Investment Agreements Under Scrutiny, 2015. Disponível em: <a href="https://www.tni.org/files/download/iias_report_feb_2015.pdf">https://www.tni.org/files/download/iias_report_feb_2015.pdf</a> [Acesso em 12.09.2016]</b></p> <p><b>UNCTAD. Megagroups Investments Facts and Figures, 2016. Disponível em: <a href="http://investmentpolicyhub.unctad.org/Upload/Documents/Mega-trends.final.UNCTAD_1.pdf">http://investmentpolicyhub.unctad.org/Upload/Documents/Mega-trends.final.UNCTAD_1.pdf</a> [Acesso em 13.09.2016]</b></p>	<p>A Seção Brasileira do CEBRICS defende que os países do BRICS iniciem um diálogo institucional para troca de informações a respeito dos modelos de tratados de investimentos adotados ou em análise por cada um dos países do grupo, com o intuito de firmarem um acordo de cooperação e facilitação de investimentos plurilateral ou acordos bilaterais, nos moldes do modelo brasileiro, fundado em três pilares: governança institucional; mecanismos para mitigação de riscos e prevenção de controvérsias; e agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos.</p> <p>No âmbito do CEBRICS, em julho de 2015, na reunião realizada em Ufa, na Rússia, foi adotada, por iniciativa da Seção Brasileira, a Declaração do CEBRICS sobre Princípios de Investimentos, que aborda, dentre outros pontos, questões de cooperação relativas a transparência, facilitação, consistência e previsibilidade, procedimentos de comunicação e consultas.</p> <p>A maior atenção às áreas de cooperação e facilitação de investimentos contribuiria para o aumento do seu fluxo entre os países do BRICS, a dinamização da pauta comercial e a abertura de novas iniciativas de integração. Diferentemente de outros grupos econômicos, os países do BRICS não são investidores relevantes nas economias uns dos outros. A parcela de investimento intra-BRICS no total do fluxo de investimento direto estrangeiro para o grupo foi menor que 1% entre 2010 e 2014. Os investimentos brasileiros nos demais países do BRICS vêm crescendo nos últimos anos, representando atualmente US\$ 370 milhões em estoque, com maior participação na China, seguida por África do Sul e Índia.</p>	<p>o fortalecimento do diálogo entre os países do BRICS sobre propriedade intelectual, bem como a celebração de um Acordo de Compartilhamento de Exame de Patentes [Patent Prosecution Highway Agreement - PPH], entre os países do BRICS, para assegurar a cooperação entre os respectivos escritórios, visando facilitar a análise e a concessão de patentes.</p> <p>O PPH evitará a duplicação de esforços dos examinadores do Brasil e dos demais países do BRICS ao assegurar o acesso recíproco e uso voluntário das análises realizadas pelos escritórios, de modo a permitir que uma patente seja concedida em tempo reduzido. Deve-se ressaltar que o Escritório de Propriedade Intelectual da China (<i>State Intellectual Property Office of the P.R.C. - SIPO</i>) é um dos IP5 (cinco maiores escritórios de propriedade intelectual no mundo), os quais iniciaram em 6 de janeiro de 2014, um amplo programa piloto IP5 PPH Patent Prosecution Highway.</p> <p>A celebração de um PPH contribuiria ainda para estreitar a cooperação na área de propriedade intelectual. Deve-se ressaltar que, em 2013, os cinco escritórios de propriedade intelectual do BRICS, reunidos em Magaliesburg, na África do Sul, adotaram o Roteiro de Cooperação para os Escritórios de Propriedade Intelectual do BRICS. Além disso, o tema de cooperação na área de propriedade intelectual está na agenda do Grupo de Contato para Questões Econômicas e de Comércio. Há, portanto, contexto institucional estabelecido.</p> <p>Dessa forma, a Seção Brasileira do CEBRICS tem interesse em conhecer as agendas de discussão governamental, no âmbito do BRICS, a respeito do tema de propriedade intelectual, demandando ao governo brasileiro o compartilhamento dos temas de forma prévia às reuniões do setor público para que o setor privado brasileiro possa se manifestar.</p>
	<p><b>1.6.   PROPRIEDADE INTELECTUAL</b></p>	

As barreiras não tarifárias, em especial as barreiras técnicas e as medidas sanitárias e fitossanitárias, assumiram relevância

o fortalecimento do diálogo entre os países do BRICS sobre propriedade intelectual, bem como a celebração de um Acordo de Compartilhamento de Exame de Patentes [Patent Prosecution Highway Agreement - PPH], entre os países do BRICS, para assegurar a cooperação entre os respectivos escritórios, visando facilitar a análise e a concessão de patentes.

O PPH evitará a duplicação de esforços dos examinadores do Brasil e dos demais países do BRICS ao assegurar o acesso recíproco e uso voluntário das análises realizadas pelos escritórios, de modo a permitir que uma patente seja concedida em tempo reduzido. Deve-se ressaltar que o Escritório de Propriedade Intelectual da China (*State Intellectual Property Office of the P.R.C. - SIPO*) é um dos IP5 (cinco maiores escritórios de propriedade intelectual no mundo), os quais iniciaram em 6 de janeiro de 2014, um amplo programa piloto IP5 PPH Patent Prosecution Highway.

A celebração de um PPH contribuiria ainda para estreitar a cooperação na área de propriedade intelectual. Deve-se ressaltar que, em 2013, os cinco escritórios de propriedade intelectual do BRICS, reunidos em Magaliesburg, na África do Sul, adotaram o Roteiro de Cooperação para os Escritórios de Propriedade Intelectual do BRICS. Além disso, o tema de cooperação na área de propriedade intelectual está na agenda do Grupo de Contato para Questões Econômicas e de Comércio. Há, portanto, contexto institucional estabelecido.

Dessa forma, a Seção Brasileira do CEBRICS tem interesse em conhecer as agendas de discussão governamental, no âmbito do BRICS, a respeito do tema de propriedade intelectual, demandando ao governo brasileiro o compartilhamento dos temas de forma prévia às reuniões do setor público para que o setor privado brasileiro possa se manifestar.

O Brasil vem vivenciando o desafio de se adotar ferramentas eficientes para identificar, monitorar e, se necessário, superar barreiras não tarifárias ao comércio. Nesse sentido, a Seção Brasileira do CEBRICS considera importante que os países do BRICS firmem um memorando de intenções para trocar informações e experiências a respeito das políticas e mecanismos institucionais existentes em cada um deles para identificar, avaliar legalidade e tomar medidas para eliminação de barreiras ao comércio de bens, serviços e investimentos em mercados exteriores, quando houver desconformidade com as normas do sistema multilateral de comércio.



**China, Coréia do Sul, Estados Unidos, Japão e União Europeia.**

O Roteiro determinou sete áreas de cooperação: (i) treinamento dos recursos humanos dos escritórios de propriedade intelectual do BRICS [liderado pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI (Brasil)]; (ii) sensibilização sobre propriedade intelectual no âmbito do BRICS (liderado pelo escritório chinês SIPO); (iii) Programa de Intercâmbio de Examinadores (liderado pelo escritório russo: *Federal Service for Intellectual Property - Rospatent*); (iv) Serviços de Informação sobre Propriedade Intelectual (liderado pelo SIPO), incluindo a troca de informações sobre patentes; (v) Processos e procedimentos relativos a propriedade intelectual/ patente (liderado pelo INPI); (vi) estratégia nacional de propriedade intelectual e estratégias de propriedade intelectual para empresas (liderado pelo escritório sul-africano: *Companies and Intellectual Property Commission - CIPC*); (vii) colaboração em fóruns internacionais (liderado pelo escritório indiano: *Office of the Controller General of Patents, Designs & Trade Marks - CGPDTM*).







nos últimos anos como desafios aos exportadores, em razão da complexidade de se avaliar sua conformidade face às normas da OMC. Esse cenário, exige das economias voltadas à exportação a implementação de instrumentos legais e políticos que procuram identificar, avaliar a legalidade e, finalmente, superar as barreiras impostas por seus principais parceiros comerciais ao comércio de bens, serviços e investimentos.

Sugere-se que a primeira iniciativa no âmbito deste memorando seja um Seminário sobre Superação, Monitoramento e Identificação de Barreiras Comerciais, a ser coordenado pelo Grupo de Contato sobre Questões Econômicas e de Comércio do BRICS, com participação do

setor privado, em que os governos apresentem suas políticas e mecanismos institucionais existentes para tais fins.

### 1.8. | PARCERIA EM ETANOL

O Brasil vem desenvolvendo, ao longo de 40 anos, o maior programa do mundo de substituição de combustíveis fósseis por outros renováveis e limpos. Assim, sugere-se a instituição no âmbito do BRICS de uma Parceria em Etanol, visando a explorar as oportunidades de cooperação no amplo tema da energia renovável.

A parceria poderia ser criada pela assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Etanol no BRICS, abrangendo diversas etapas da cadeia de valor e investimentos diretos. O setor agrícola estaria engajado na transferência tecnológica, na adaptação para variedades de cana-de-açúcar, e no manejo agrícola. A indústria de processamento e outras tecnologias, tais como a produção de etanol de segunda geração, assim como os setores de logística e distribuição, incluindo processos de misturas, *blending* e *pipelines*, seriam também contemplados. O memorando deve incluir ainda a troca de conhecimento sobre tecnologias relativas a combustíveis na indústria automotiva, tal como *flexfuel*, e sobre políticas públicas, incluindo aquelas relativas a práticas sustentáveis.

### 1.9. | PARCERIA EM DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

O Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento de Competências do CEBRICS, do qual participa o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) como líder pelo lado brasileiro, realizou um levantamento das áreas prioritárias para desenvolvimento de competências de cada um dos países do BRICS, no contexto de que a cooperação entre os países do BRICS para melhor qualidade da educação técnica é primordial para se alcançar o desenvolvimento tecnológico e industrial.

---

**A proposta completa (Concept Note – Skills Development Fund) está disponível no Anexo VIII do II Relatório Anual do CEBRICS.**

Em face da falta de recursos para concretizar iniciativas de cooperação, o Grupo de Trabalho sugere a criação de um Fundo para Desenvolvimento de Competências, a ser gerido pelo Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), voltado a melhorias na qualidade e no acesso à educação técnica e treinamento, área essa que também poderia fortalecer projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável implementados com recursos do Banco.

A Seção Brasileira do CEBRICS apoia a iniciativa, que poderia contar também com recursos privados, visto que o setor industrial dos países do BRICS tem total interesse na educação profissional. Essa iniciativa caminha ao encontro das discussões de desenvolvimento da indústria 4.0 no BRICS.

## 2

# DIÁLOGOS E ENCONTROS GOVERNAMENTAIS NO BRICS

### 2.1. CÚPULAS DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO BRICS

A Seção Brasileira do CEBRICS atua para que as prioridades do empresariado brasileiro estejam refletidas no III Relatório Anual do Conselho, elaborado sob as presidências russa e Indiana, para que seus pleitos sejam reconhecidos no âmbito do arranjo governamental do BRICS.

Tradicionalmente, desde a criação do CEBRICS, na V Cúpula do BRICS, em Durban, o Conselho entrega formalmente aos Chefes de Estados e Governo dos cinco países seu Relatório Anual, com recomendações relativas a comércio e investimentos. Desde 2009, os Chefes de Estado e de Governo dos países do BRICS (com África do Sul, a partir de 2011) se encontram anualmente. Já ocorreram sete reuniões de Cúpula, com a presença de todos os líderes do mecanismo:

- I Cúpula: Ecaterimburgo, Rússia, junho de 2009;
- II Cúpula: Brasília, Brasil, abril de 2010;
- III Cúpula: Sanya, China, abril de 2011;
- IV Cúpula: Nova Déli, Índia, março de 2012;
- V Cúpula: Durban, África do Sul, março de 2013;
- VI Cúpula: Fortaleza, Brasil, julho de 2014;
- VII Cúpula: Ufá, Rússia, julho de 2015; e
- VIII Cúpula\*: Goa, Índia, outubro de 2016. (\*Confirmada)



Ao final das Cúpulas, são adotados, em geral, uma declaração conjunta e seu respectivo plano de ação. Eventualmente podem também ser adotados tratados, memorandos de entendimento ou outros instrumentos de caráter político ou técnico.

A Seção Brasileira solicita ao Ministério de Relações Exteriores (MRE) que mantenha a prática de realização de uma reunião de *briefing* para os membros do Comitê Executivo, nos dias que antecedem à Cúpula do BRICS, com a participação dos representantes das demais pastas ministeriais. Essa reunião é estratégica para que o setor privado brasileiro conheça os temas que serão abordados na Cúpula e nos seus eventos paralelos, e a posição brasileira a respeito de cada um deles. Também é o momento para que o governo brasileiro conheça os objetivos do empresariado brasileiro no contexto BRICS, bem como receba pleitos específicos dos membros da Seção Brasileira.

Ademais, é relevante que os cinco membros conselheiros da Seção Brasileira do CEBRICS possam reunir-se com o Presidente da República Federativa do Brasil, de forma a enfatizar as prioridades dos empresários brasileiros. Assim, demanda-se que seja incluída na programação oficial da Presidência da República, no âmbito da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS, um encontro prévio à entrega do Relatório Anual do CEBRICS, com os cinco empresários conselheiros do Brasil.

## 2.2. | DIÁLOGOS ENTRE MINISTROS DE ESTADO DO BRICS

O países que compõem o BRICS promovem encontros de Ministros de Estado e outras autoridades, que têm como resultado declarações conjuntas e, em alguns casos, a adoção de instrumentos intergovernamentais de

cunho setorial ou estratégico, tais como o Memorando de Entendimento sobre Eficiência Energética, adotado na Reunião dos Ministros de Energia do BRICS em 2015.

O Segundo Relatório Anual do CEBRICS, adotado na Reunião do Conselho realizada em Ufa, na Rússia, ressalta a relevância de se reconhecer o papel consultivo do Conselho Empresarial junto às instâncias governamentais do BRICS. Dessa forma, é fundamental que se crie um canal de diálogo entre a Seção Brasileira do CEBRICS e os Ministros de Estado do Brasil para que a posição do país nas reuniões ministeriais no âmbito do BRICS reflita os interesses do setor privado brasileiro.

A instauração de um diálogo regular entre os representantes do Brasil nessas reuniões ministeriais do BRICS e os membros da Seção Brasileira nos Grupos de Trabalho do CEBRICS - Agronegócio, Desenvolvimento de Competências, Desregulamentação, Energia, Infraestrutura, Manufaturados, Serviços Financeiros - torna-se uma importante ferramenta para que a visão do setor privado brasileiro, suas preocupações, prioridades e recomendações possam ser agregadas aos interesses políticos do Brasil nessas reuniões, conferindo ao país um papel ativo em proposições.

A publicação e o compartilhamento dos resultados dos diálogos ministeriais com a Seção Brasileira do CEBRICS são fundamentais para que possa, de fato, haver uma troca de informações e de conhecimento entre o setor privado e o Governo brasileiros.

## 2.3. | GRUPO DE CONTATO SOBRE QUESTÕES ECONÔMICAS E DE COMÉRCIO DO BRICS [BRICS CONTACT GROUP ON ECONOMIC AND TRADE ISSUES (CGETI)]

A Seção Brasileira do CEBRICS demanda a criação de um mecanismo de diálogo com os representantes do governo brasileiro no CGETI, a saber o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o MRE, para compartilhamento da agenda, discussão prévia de posicionamentos, avaliação de recomendações e preocupações do setor privado, e priorização de demandas.

O CGETI foi instituído na III Cúpula de Sanya, em 2011, como um mecanismo de engajamento de autoridades seniores no âmbito dos países do BRICS com o intuito de coordenar posições e definir as prioridades de cooperação dos cinco países em questões econômicas e de comércio internacional, apoiando as reuniões dos Ministros de Comércio. A agenda do CGETI em sua reunião de julho de 2015, em Moscou, abrigou temas relativos a comércio eletrônico, cooperação relativa a micro, pequenas e médias empresas, seminário sobre portais únicos,



criação de um grupo de trabalho sobre promoção comercial, e cooperação relativa a propriedade intelectual.

Na Declaração, adotada pelos Ministros de Comércio como resultado da sua 5<sup>a</sup> reunião, realizada em Moscou em julho de 2015, o CGETI foi instruído a explorar possíveis caminhos para: (i) fortalecer o comércio intra-BRICS e o desenvolvimento de cadeias de valor; (ii) iniciar uma discussão preliminar sobre um roteiro BRICS sobre cooperação econômica, comércio e investimento até 2020, proposto pela Rússia; e (iii) desenvolver os Termos de Referência do Mecanismo de Cooperação de Direitos de Propriedade Intelectual.

A Seção Brasileira do CEBRICS demanda a realização de reuniões com os representantes do MDIC e do MRE, para que esses possam dar conhecimento aos setores privados da agenda de temas a serem discutidos, bem como permitir que os membros da Seção Brasileira apresentem propostas e recomendações sobre assuntos que devam merecer a atenção especial do governo brasileiro.

A publicação e o compartilhamento dos resultados da reunião do CGETI com o setor privado brasileiro são também de extrema relevância para que a Seção Brasileira do Conselho se mantenha informada dos avanços e novos temas da agenda BRICS.

## 2.4. | ESTRATÉGIA PARA UMA PARCERIA ECONÔMICA DO BRICS

A Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS foi adotada na VII Cúpula do BRICS em Ufa, em 2015, com o intuito de aumentar o crescimento econômico e a competitividade das

economias do BRICS no plano global.

Em vista dos temas relevantes que a Estratégia aborda, a Seção Brasileira do CEBRICS demanda maior interação com as instâncias governamentais brasileiras encarregadas da implementação dos desafios trazidos neste documento, criando-se um mecanismo de diálogo entre as autoridades do Governo Brasileiro engajadas nas temáticas previstas na Estratégia e os membros do Comitê Executivo da Seção Brasileira do CEBRICS. Ademais, demanda-se a emissão e publicação de relatórios sobre os desenvolvimentos em âmbito nacional relativos à implementação da Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS.

Os propósitos da referida Estratégia são: aprimorar as oportunidades de acesso a mercados e facilitar os vínculos entre os mercados; promover o comércio e investimento mútuos e criar um ambiente conducente aos negócios para investidores e empresários em todos os países do BRICS; aprimorar e diversificar a cooperação em comércio e investimento de forma a apoiar a criação de valor agregado entre os países do BRICS; fortalecer a coordenação em política macroeconômica e criar resiliência a choques econômicos externos; lutar pelo crescimento econômico inclusivo, de forma a erradicar a pobreza, combater o desemprego e promover a inclusão social; promover a troca de informações por meio do Secretariado Virtual do BRICS e da Plataforma de Intercâmbio Econômico do BRICS, bem como outras plataformas acordadas; consolidar esforços para assegurar uma melhor qualidade do crescimento por meio do estímulo ao desenvolvimento econômico inovador, baseado em tecnologias avançadas e desenvolvimento de talentos, com vistas à construção de economias do conhecimento; e buscar



maior interação e cooperação com países não membros do BRICS e organizações internacionais e fóruns.

O documento registra expressamente que os membros do BRICS se engajarão com comunidades empresariais em seus respectivos países para implementar a Estratégia, e encorajarão maior colaboração entre as comunidades empresariais do BRICS. As áreas prioritárias para cooperação são: comércio e investimento; indústria e processamento de minerais; energia; cooperação em agricultura; ciência, tecnologia e inovação (Memorando de Entendimento sobre Ciência, Tecnologia e Inovação); cooperação financeira; e conectividade institucional, física, e entre pessoas (educação; e negócios e mobilidade laboral); e cooperação em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

## 2.5. | FÓRUM FINANCEIRO DO BRICS

A Seção Brasileira do CEBRICS demanda maior interação entre os representantes governamentais do Brasil no Fórum Financeiro do BRICS - o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) -, por meio da criação de um canal de diálogo, principalmente em vista do papel de complementariedade entre os bancos nacionais e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

O Fórum Financeiro do BRICS é a expressão da cooperação entre os bancos nacionais de desenvolvimento, que teve início em 2010, na II Cúpula do BRICS, em Brasília. Desde então, os bancos nacionais de desenvolvimento realizam encontros paralelos às Cúpulas do BRICS, nos quais adotam acordos sobre cooperação financeira em diversos temas.

A Seção Brasileira do CEBRICS demanda, ao governo brasileiro, o compartilhamento dos resultados desse fórum para que a Seção Brasileira do Conselho se mantenha informada dos seus resultados.

## 2.6. | CONSELHO DE THINK TANKS DO BRICS

A Seção Brasileira do CEBRICS sugere o estabelecimento de um canal de diálogo entre o representante do Brasil no Conselho de Think Tanks do BRICS - o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para que a agenda de pesquisa e estudos do Conselho de Think Tanks reflita temas de interesse do setor privado brasileiro no contexto da integração econômica do Brasil com os demais países do BRICS.

O referido Conselho foi estabelecido em 2013, durante o 5º Fórum Acadêmico do BRICS, em Durban, com o propósito de compartilhar e disseminar informação; realizar pesquisa, análise de políticas e estudos prospectivos; bem como desenvolver capacidades no âmbito do BRICS.

**Os integrantes dos demais países do BRICS incluem:** Comitê Nacional para Pesquisas – BRICS (Rússia); Fundação Observatório de Pesquisa (Índia); Centro para Estudos Mundiais Contemporâneos da China; Conselho de Pesquisa de Ciências Humanas (África do Sul).

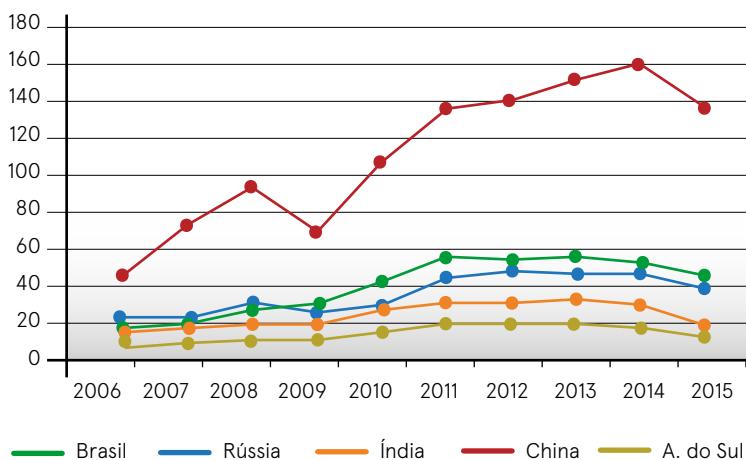
### 3

## ACESSO A MERCADOS NO BRICS

Em relação ao comércio internacional no BRICS, verifica-se que as exportações intra-grupo ainda são relativamente reduzidas se comparadas às exportações dos países do BRICS para parceiros comerciais não participantes do grupo. Em 2015, as exportações intra-BRICS corresponderam a 7,7% do total das exportações do BRICS. Os números por país podem ser verificados no gráfico abaixo.

Conforme dados da Conferência  
das Nações Unidas para Comércio  
e Desenvolvimento (United  
Nations Conference on Trade and  
Development - UNCTAD), de 2016.

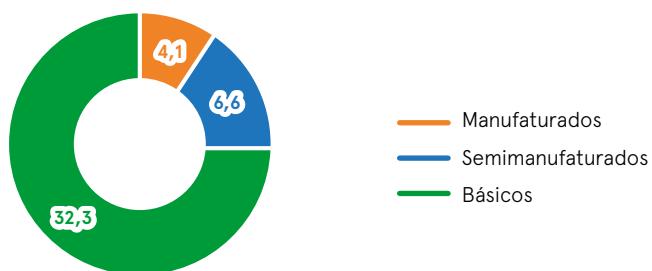
**Gráfico 1.** Exportações intra-BRICS, por país (em US\$ bilhões)



**Fonte:** Dados UNCTAD, 2016.

A pauta de exportações brasileiras para Rússia, Índia, China e África do Sul apresenta concentração em produtos básicos, conforme demonstra o gráfico abaixo:

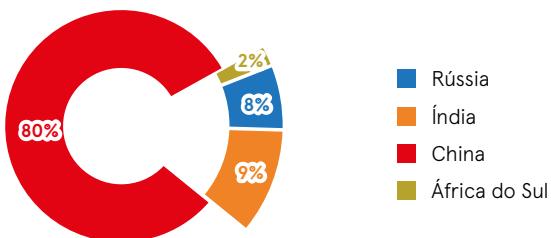
**Gráfico 2.** Exportações brasileiras para o BRICS por fator agregado (em US\$ bilhões)



**Fonte:** Dados - Aliceweb, MDIC, 2016

A concentração das exportações brasileiras para os mercados do BRICS por destino também é evidente:

**Gráfico 3.** Percentual de exportações brasileiras para o BRICS por destino



**Fonte:** Dados - Aliceweb, MDIC, 2016.

Dessa forma, há o duplo desafio de agregar valor aos produtos exportados e diversificar o destino das exportações.

### 3.1. | ACORDOS MERCOSUL-ÍNDIA E MERCOSUL-SACU

A Seção Brasileira do CEBRICKS solicita a ampliação do escopo e o aprofundamento de dois acordos no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul): o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia e o Acordo de Preferências Comerciais entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU).

O ACP Mercosul-Índia, vigente desde 1º de junho de 2009, é bastante limitado, incluindo apenas 452 concessões do Mercosul para produtos indianos e 450 concessões da Índia que beneficiam produtos de exportação do Mercosul. As preferências negociadas são de 10%, 20% e 100%, sendo que 95% das concessões estão concentradas nas duas primeiras faixas. É preciso ampliar tais concessões de forma a beneficiar as exportações brasileiras de maior valor agregado, bem como incluir temas, tais como serviços, compras governamentais, investimentos e facilitação de comércio.

Assinado em 15 de dezembro de 2008 pelos Estados Partes do Mercosul e, em 3 de abril de 2009, pelos Membros da SACU (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia), o acordo entrou em vigor somente em 1º de abril de 2016. O Acordo Mercosul-SACU engloba mais linhas tarifárias que o da Índia, mas ainda assim é limitado. São 1076 linhas ofertadas do Mercosul para a SACU e 1064 da SACU para o Mercosul. As margens negociadas foram de 10%, 25%, 50% e 100% com cerca de 40% das linhas tarifárias com preferência de 100%. Da mesma forma, é preciso ampliar as concessões e também incluir novos temas para tornar o acordo mais vantajoso para o Brasil.





### 3.2. | BARREIRAS COMERCIAIS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA OS DEMAIS PAÍSES DO BRICS

As barreiras tarifárias e não tarifárias no âmbito dos mercados russo, indiano, chinês e sul-africano representam obstáculos para muitos produtos da pauta exportadora brasileira. A Seção Brasileira do CEBRICS está engajada em superar as barreiras comerciais para fomento das exportações brasileiras aos mercados do BRICS.

As exportações estão aquém do seu potencial em função de barreiras comerciais atualmente existentes. Abaixo seguem exemplos que merecem atenção do governo brasileiro em suas negociações junto aos governos dos demais países do BRICS e no âmbito da OMC.

#### BISCOITOS, BOLOS E MASSAS

A tarifa de importação da África do Sul aos principais produtos para exportação do setor de biscoitos, bolos e massas, é de 21%, uma das mais elevadas no mercado

internacional, o que dificulta a entrada e permanência no mercado. O setor já exporta para a África do Sul, mas muito aquém do seu potencial, devido às altas tarifas. Assim, as negociações comerciais no âmbito do Acordo Mercosul-SACU devem considerar a inclusão desses produtos, visando garantir melhor acesso ao mercado sul-africano.

O setor enfrenta também dificuldades na interpretação dos regulamentos chineses, principalmente no que respeita à rotulagem sobre produtos alimentícios importados. O setor solicita que as autoridades regulatórias chinesas desenvolvam manuais, com



comentários e exemplos para facilitar o cumprimento dos regulamentos, evitando custos desnecessários ao setor exportador.

## CARNES

A carne bovina vem enfrentando, além das altas tarifas, cerca de 30% na Índia, barreiras sanitárias nos países do BRICS. O Brasil não possui Acordo Sanitário com a Índia, o que inviabiliza a exportação de carne bovina para esse país. Assim, solicita-se que seja firmado um Acordo Sanitário entre Brasil-Índia para o comércio de carne bovina. No caso da África do Sul, a tarifa elevada de 40% mina a competitividade do produto brasileiro, frente às exportações da Namíbia, de Botswana e do Lesoto, devendo ser considerada em negociações comerciais no âmbito do Acordo Mercosul-SACU.

Em relação à carne de frango, há grande interesse do setor exportador brasileiro em acessar o mercado indiano. No entanto, as tarifas elevadas (35% para frango inteiro; e 100% para cortes e processados) são proibitivas, e impedem as exportações

mesmo com o mercado aberto do ponto de vista sanitário desde 2008. Assim, a carne de frango deve ser considerada em negociações comerciais no âmbito do Acordo Mercosul-Índia. Esse setor enfrenta ainda dificuldades na Índia com licenças de importação, que não seguem um processo transparente, gerando muita incerteza ao setor exportador brasileiro.

## COURO

A China e a Índia impõem uma barreira sanitária na forma de requisito de certificado sanitário internacional para importações de couro *wet blue*, semiacabado, curtido, que não oferecem risco sanitário.

As exigências feitas pela Índia em relação ao couro são relativas ao couro salgado ou *in natura*, que não é o caso do Brasil. Todavia, tratam o couro *wet blue* como se fosse couro salgado ou *in natura*. Além dessa barreira sanitária desnecessária, a Índia vem exigindo diferentes certificados sanitários. Anteriormente, aceitava-se o certificado “Demais Destinos” (Certificado de Origem). Todavia, passou a

solicitar um novo documento denominado “Certificado de Saúde Animal”. Para suprir essa exigência, o MAPA criou um novo certificado específico para a Índia. No entanto, tem gerado uma burocracia e gastos desnecessários, com dificuldades na liberação das mercadorias nos portos de destino.

## EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

O setor de equipamentos médicos e odontológicos indica que os regulamentos técnicos exigidos pela Rússia tem dificultado as exportações para aquele mercado, em razão de demandas de certificações, prazos, documentações, traduções e amostras, que elevam o custo da exportação a um patamar que praticamente inviabiliza o acesso ao mercado. Em 2012, foram introduzidos novos procedimentos exigindo que todos os equipamentos previamente aprovados para uso na Rússia fossem submetidos a novo registro até fins de 2013, com Roszdravnadzor, o órgão regulatório russo. Em função dos atrasos nesse processo e dos pedidos dos exportadores, o prazo



foi postergado para 1º de janeiro de 2017. Todavia, está ocorrendo nova revisão regulatória russa, baseada nos padrões da União Econômica Eurasíatica, os quais trazem incertezas e questionamentos.

Esse setor também enfrenta dificuldades nas exportações para a África do Sul e Índia, que exigem especificações técnicas, priorizando fornecedores dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão. O setor demanda que sejam feitos esforços de aproximação entre os entes regulatórios do Brasil e desses países para que todos os processos e requisitos envolvidos sejam compreendidos.

No mesmo sentido, o setor vem enfrentando dificuldades no acesso ao mercado chinês, destacando-se a demora e a burocracia no processo de registro, com exigências de testes de certificação *in loco* e outros ensaios não utilizados em outros mercados ou em desconformidade com os padrões internacionais. Há relato de processo de aprovação relativo a produtos ortodônticos que levou três anos, com custo elevado, sem contudo alcançar o resultado esperado.

#### **ETANOL**

O Brasil possui o maior programa do mundo de substituição de combustíveis fósseis por outros renováveis e limpos. A tarifa de importação do etanol na China é de 40%, o que impede a exportação de volumes maiores pelo Brasil. Além da alta tarifa, a importação de etanol está sujeita a um processo de autorização prévia pelo governo chinês.

#### **MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

No mercado chinês, o setor de máquinas e equipamentos indica como barreira ao mercado a necessidade de cumprimento do *Guobiao standards (GB standard)* (regulamentação do governo chinês) para materiais de fricção.

O mesmo produto enfrenta a necessidade de certificação na África do Sul no órgão de normatização (*South African Bureau of Standards – SABS*). Para os produtos que possuem o certificado “ECE-R90”, a qualificação é automática, com as devidas comprovações.

Na Índia, os sistemas de freio necessitam da certificação *Indian Standard (IS 11852)*, e os materiais de fricção enfrentam imposto de importação de 12,5%, devendo ser considerados na ampliação do Acordo Mercosul-Índia.

Os diferentes regulamentos técnicos para os mesmos produtos demonstram que a questão da normatização entre os países do BRICS é algo a ser enfrentado, na medida em que gera diferentes custos e exigências aos exportadores.

#### MULTISETORIAL – VÍRUS ZIKA

A China emitiu no dia 3 de março de 2016 uma norma que estabelece exigência de certificado de fumigação antimosquito, relacionado ao vírus Zika, para exportações em contêineres provenientes de 40 países, dentre os quais o Brasil.

A publicação da nova exigência, com vigência imediata, não foi acompanhada de informações claras sobre a certificação requerida, seu conteúdo, seu objetivo, as autoridades emissoras competentes ou o tipo de tratamento a que devem ser submetidos os contêineres. A imposição carece de transparência e merece atenção quanto ao possível desrespeito às regras do sistema multilateral de comércio, estabelecidas pela OMC. Cabe, em particular, destacar que as regras multilaterais do comércio exigem que os regulamentos desse tipo sejam amparados em base científica e não sejam mais restritivos do que o necessário para alcançar seus objetivos.

Nesse contexto, a Seção Brasileira do

CEBRICS solicita que o governo brasileiro requeira, pronta e formalmente, nos fóruns adequados, esclarecimentos a respeito da exigência estabelecida pela China, bem como emita uma autodeclaração de não cumprimento da norma até que o governo chinês publique comunicado oficial com base científica e orientações claras sobre a realização dos procedimentos requeridos. Além disso, solicita que o governo brasileiro reforce essa posição junto ao Comitê Emergencial sobre o Vírus Zika da Organização Mundial de Saúde (OMS) para assegurar que não devem ser tomadas medidas que criem obstáculos desnecessários ao comércio internacional.

#### PAPEL E CELULOSE

A Índia impõe o imposto de importação de 10% na importação de papel e cartão de celulose *CutSize* e *Folio*, assim como de Bobina (*Reel*). Assim, tais produtos devem ser considerados nas negociações comerciais para ampliação do Acordo Mercosul-Índia.

Também no Acordo Mercosul-SACU, os produtos devem ser considerados nas negociações no que respeita ao mercado sul-africano por ainda serem tributados a 5%.

#### SOJA

A tecnologia vem contribuindo para vencer as dificuldades da resistência de certas pragas a herbicidas, problema esse enfrentado no manejo dos sistemas agrícolas em todo o mundo, que acarreta aumento do custo de produção e reduz a produtividade das lavouras. Nesse sentido, foi desenvolvida no Brasil a Soja FG72, tolerante aos herbicidas isoxaflutole e glifosato, que permite um melhor manejo do controle de pragas, sustentabilidade e não criação de resistências a herbicidas.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou o evento Soja FG72 em 2015. O Ministério da Agricul-

tura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) já aprovaram os herbicidas para o uso na tecnologia.

A aprovação na China é indispensável para a exportação de cargas de soja contendo essa tecnologia para esse país. Todavia, a aprovação deste evento na China, por parte do órgão responsável (*National Biosafety Committee on Agricultural GMOs - NBC*), tem demorado mais do que o razoável. É primordial que novos eventos biotecnológicos (aprovados no Brasil) não sofram atrasos injustificados na sua aprovação na China.

A Seção Brasileira do CEBRICS solicita melhorias no processo regulatório na China quanto à aprovação de produtos biotecnológicos de forma transparente e previsível. Paralelamente, demanda-se o estabelecimento de um diálogo interministerial do BRICS, com periodicidade anual, para discutir inovação agrícola baseada na ciência e o aumento do custo de tecnologias inovadoras na agricultura.

#### SUCO DE LARANJA

O suco de laranja vem enfrentando obstáculos para acesso ao mercado chinês. O imposto de importação incide com base na temperatura do produto: o suco que apresenta temperatura acima de -18°C (-17°C, -16°C) paga um imposto de 30%, enquanto os produtos abaixo de -18°C pagam 7,5%. Essa barreira desestimula a adoção do sistema a granel utilizado para envio do produto aos Estados Unidos da América, União Europeia e outros países, no qual o suco é mantido a temperatura de -10°C, que é bem mais competitivo do que o transporte em tambores utilizado para abastecer o mercado chinês atualmente. O custo de tamboragem de suco é de aproximadamente US\$ 30 a US\$ 40 por tonelada.



Além da questão tarifária, há o regulamento sobre o limite microbiológico para bolores e leveduras, o qual é mais restrito que os padrões internacionais, sendo no máximo 20 CFU/ml, enquanto, em outros países, o limite máximo é de 100 a 500 CFU/ml.

O setor privado demanda engajamento do governo brasileiro para que tais medidas chinesas sejam revistas.

### 3.3. ADIDO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO NAS EMBAIXADAS DO BRASIL NOS DEMAIS PAÍSES DO BRICS

A Seção Brasileira do CEBRICS defende a designação de adido de indústria e comércio para atuar nas Embaixadas do Brasil em Moscou, Nova Deli, Pequim e Petrópolis, exercendo missão de assessoramento em temas de indústria e comércio.

De modo equiparado ao adido agrícola, o adido de indústria e comércio deverá: buscar melhores condições de acesso e prospectar novas oportunidades para produtos da indústria brasileira; coletar, analisar e disseminar informações sobre o mercado local e tendências de comércio; articular ações de apoio à promoção externa dos produtos da indústria brasileira; acompanhar, analisar e informar sobre as políticas industriais e legislações de interesse da indústria brasileira, bem como sobre possíveis modificações nas políticas de barreiras não tarifárias; acompanhar e informar sobre tendências de consumo e de exigências relativas a produtos industrializados; indicar e facilitar contatos com especialistas, importadores e autoridades locais; bem como manter o governo brasileiro informado sobre problemas efetivos ou potenciais que afetem o comércio de produtos da indústria brasileira no mercado local e regional.

**Decreto nº 6.464,  
de 27 de maio de  
2008, o qual dispõe  
sobre a designação  
e atuação de  
adidos agrícolas  
junto a missões  
diplomáticas  
brasileiras no  
exterior. [DOU de  
28.05.2008]**

Atualmente, muitos são os países, incluindo os principais membros do G-20, que possuem representantes especializados em temas da indústria e comércio em suas missões diplomáticas no exterior. A designação de adido de indústria e comércio é, assim, medida fundamental para a representação e defesa dos interesses da indústria brasileira e para sua competitividade em face de seus concorrentes na Rússia, na Índia, na China e na África do Sul.



## 4

# NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

O Acordo Constitutivo para o Estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) foi celebrado em Fortaleza, em julho de 2014, por ocasião da VI Cúpula de Chefes de Estado e Governo do BRICS. Na mesma oportunidade, o Acordo para Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reserva do BRICS foi firmado para criar um fundo para momentos de crise econômica.

O NBD visa mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, com intuito de complementar os recursos de outros bancos multilaterais, regionais e nacionais de desenvolvimento, tendo em vista o hiato significativo entre os recursos disponíveis para o financiamento da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável e as crescentes demandas. O NBD poderá financiar projetos tanto do setor público como do setor privado e poderá utilizar ampla gama de instrumentos financeiros, incluindo empréstimos, garantias e investimentos em *equity*.

O Congresso Nacional brasileiro aprovou o texto do Acordo sobre o NBD, por meio do Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015 e, assim, o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação em 23 de junho de 2015. Em 3 de julho de 2015, todos os países do BRICS haviam ratificado e depositado seus instrumentos de ratificação, tornando o NBD efetivo.

A sede do Banco foi inaugurada em julho de 2015, em Xangai, na China. Há possibilidade de haver escritórios regionais em outros países ou regiões, já tendo sido acordado um primeiro escritório regional em Johanesburgo, na África do Sul, para atender o contingente africano, o qual deve ser lançado ainda em 2016, e um segundo escritório no Brasil.

Com relação à estrutura, definida em 2015, o Conselho de Governadores é composto pelas autoridades fazendárias de cada um dos membros fundadores. O Ministro de Estado da Fazenda representa o País como Governador na estrutura de governança do Banco, e o Secretário de Assuntos Internacionais é o Diretor não residente do Brasil. Por sua vez, a gestão é feita pelo Presidente do NBD e quatro Vice-Presidentes. A Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda é o ponto focal do Brasil para tratar do relacionamento com o Banco.

Em abril de 2016, o NBD aprovou os seus primeiros empréstimos, em um total de US\$ 811 milhões, para projetos de energias renováveis. No Brasil, o empréstimo foi feito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que seleciona os projetos a serem financiados com recursos do NBD.

Em agosto e setembro de 2016, o Banco publicou o primeiro conjunto de políticas, que incluem: a Política sobre Empréstimos com Garantia Soberana, a Política sobre Empréstimos sem Garantia Soberana a Intermediários Financeiros Nacionais; e a Política sobre Parcerias com Bancos de Desenvolvimento Nacionais.

A Seção Brasileira do CEBRICS analisará os documentos e políticas do NBD, visando desenvolver recomendações, tendo em vista o papel esperado do Banco face à realidade brasileira do setor de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

**A presidência é rotativa, e o primeiro mandato, estipulado em cinco anos, não renováveis, é do indiano Kundapur Vaman Kamath. Os vice-presidentes são: Xian Zhu (Chief Operations Officer); Leslie Maasdorp (Chief Financial Officer); Paulo Nogueira Batista Jr. (Chief Risk Officer); e Vladimir Kazbekov (Chief Administrative Officer).**

**NDB. NDB publishes online important policy documents and HQ Agreement, 30 August 2016 (upd. 8 September 2016). Disponível em: <http://ndb.int/ndb-publishes-online-important-policy-documents.php#parentHorizontalTab2> [Acesso em 09.09.2016]**

# RESULTADOS 2015-2016

## O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E O ARRANJO CONTINGENTE DE RESERVAS

Na VI Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do BRICS, em Fortaleza, realizada em julho de 2014, o BRICS deu importantes passos no sentido de promover maior cooperação econômico-financeira entre seus participantes, com a assinatura dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR). O capital inicial subscrito do NBD foi de US\$ 50 bilhões e seu capital autorizado, US\$ 100 bilhões. Os recursos alocados para o ACR, por sua vez, totalizarão US\$ 100 bilhões.

Em julho de 2015, foi concluído o processo de recebimento das cartas de ratificação do Tratado para o Estabelecimento do ACR, e o acordo constitutivo do NDB entrou em vigor, com as ratificações de todos os cinco países do BRICS.

O NDB vem mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento. Trata-se de um mecanismo que tem por objetivo complementar os recursos de outros bancos multilaterais, regionais e nacionais de desenvolvimento, tendo em vista o hiato significativo de recursos destinados a projetos nesses países, e as crescentes demandas existentes por investimentos.

O CRA, por sua vez, tem por finalidade prover recursos temporários aos membros do BRICS que enfrentem pressões em seus balanços de pagamentos. O instrumento contribui para promover a estabilidade financeira internacional, na medida em que complementa a rede global de proteção financeira, reforça a confiança dos agentes econômicos e financeiros mundiais, e tem o potencial de mitigar o risco de contágio de eventuais choques que possam afetar as economias do BRICS.





# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015-2016**

**Janeiro**

- Teleconferência do CEBRICS, CNI, Brasília, DF.
- Reunião entre o Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS e o Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais sobre a agenda BRICS, MRE, Brasília, DF.

**Fevereiro**

- Reunião de Meio de Ano do CEBRICS, CNI, Brasília, DF.
- Envio de carta sobre o Acordo do NBD pelo Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS aos Ministros de Estado: da Fazenda; da Casa Civil da Presidência da República; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e das Relações Exteriores.

**Abril**

- Término da presidência da Seção Brasileira e início da presidência da Seção Russa no CEBRICS [1º de abril de 2015].
- Teleconferência do CEBRICS, CNI, Brasília, DF.

**Maio**

- Reunião entre a CNI e a equipe do IPEA dedicada à representação do Brasil no Conselho de *Think Tanks* do BRICS, IPEA, Brasília, DF.

**Junho**

- Reunião da CNI com a equipe do MDIC dedicada à agenda BRICS, MDIC, Brasília, DF.
- Reunião de Planejamento da Seção Brasileira do CEBRICS, CNI, São Paulo, SP.
- Teleconferência do CEBRICS, CCIFR, Moscou, Rússia.

**Julho**

- Reunião Anual dos Grupos de Trabalho e do CEBRICS, CCIFR, Moscou, Rússia.
- Reunião da Seção Brasileira do CEBRICS com o Secretário-Executivo do MDIC, Moscou, Rússia.
- Reunião da Seção Brasileira do CEBRICS com Paulo Nogueira, Vice-Presidente do NBD, Moscou, Rússia.
- Reunião Anual do CEBRICS, CCIFR, Ufa, Rússia.
- VII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS, Ufa, Rússia.
- Estabelecimento da sede do NBD em Xangai, China.

## **Agosto**

- Reunião da CNI e da equipe do Ministério da Fazenda a respeito do NBD, Ministério da Fazenda, Brasília, DF.

## **Setembro**

- Envio de carta sobre a abertura de escritório regional do NBD no Brasil do Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS aos Ministros de Estado: das Relações Exteriores; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e da Fazenda.
- Recebimento de carta do Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, em resposta à carta do Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS, indicando que o segundo escritório regional do NBD será estabelecido no Brasil.

## **Outubro**

- Recebimento de mensagem do Chefe do Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta à carta do Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS, sobre o escritório regional do NBD.
- Videoconferência do CEBRICS, CCIFR.

## **Novembro**

- Videoconferência do CEBRICS, CCIFR.
- Envio de carta do Presidente da CNI ao Ministro de Estado de Trabalho e Previdência Social, em resposta ao Ofício 50/GM/MTPS, de 27 de outubro de 2015, com sugestões em relação a documentos a serem discutidos na reunião dos Ministros de Trabalho e Emprego do BRICS, a ser realizada nos dias 18-19 de novembro de 2015, Moscou, Rússia.

## Janeiro

- Videoconferência do CEBRICS, CCIFR.

## Fevereiro

- Término da presidência da Seção Russa e início da presidência da Seção Indiana no CEBRICS [15 de fevereiro de 2016].
- Videoconferência do CEBRICS, CCIFR.

## Março

- Reunião do Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS com o Secretário-Executivo do MDIC sobre a agenda BRICS, MDIC, Brasília, DF.
- Reunião do Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS com o Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais sobre a agenda BRICS, MRE, Brasília, DF.
- Reunião da Seção Brasileira do CEBRICS, Brasília, DF.
- Videoconferência do CEBRICS, CCIFR.

## Abril

- Reunião de Meio de Ano do CEBRICS, Moscou, Rússia.

## Julho

- Reunião do Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS com o Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda sobre o NBD, Ministério da Fazenda, Brasília, DF.
- Reunião do Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS com o Subsecretário-Geral da Ásia e do Pacífico, interino Diretor do Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania sobre a agenda BRICS, MRE, Brasília, DF.
- Primeira Reunião Anual do Conselho de Governadores do Novo Banco de Desenvolvimento, Xangai, China.
- Teleconferência do CEBRICS, FICCI.

## **Agosto**

- Teleconferência do CEBRICS, FICCI.

## **Setembro\***

- Envio de carta sobre a abertura de escritório regional do NBD no Brasil do Presidente da Seção Brasileira do CEBRICS aos Ministros de Estado: das Relações Exteriores; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e da Fazenda.
- Teleconferência do CEBRICS, FICCI.

## **Outubro\***

- BRICS Trade Fair, Nova Deli, Índia.
- BRICS Business Forum, Nova Deli, Índia.
- Reunião na delegação da Seção Brasileira do CEBRICS como o Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços na Embaixada do Brasil em Nova Deli, Índia.
- Reunião dos Grupos de Trabalho e do CEBRICS, Nova Deli, Índia.
- Reunião Anual do CEBRICS, Goa, Índia.
- Reunião dos membros conselheiros da Seção Brasileira do BRICS com o Presidente da República Federativa do Brasil, Goa, Índia.
- Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRICS, Goa, Índia.

\* Agenda prospectiva.

# CONTATOS

## SILVIA MENICUCCI

**Secretária Executiva da Seção Brasileira do CEBRICS**

*Diplomacia Empresarial*

Unidade de Política Comercial

Confederação Nacional da Indústria

SBN Quadra 1, Bloco C, Ed. Roberto Simonsen, 12º Andar

Tel.: +55 (61) 3317-8321

**E-mail:** [silvia.menicucci@cni.org.br](mailto:silvia.menicucci@cni.org.br)

**Website:** [www.portaldaindustria.com.br](http://www.portaldaindustria.com.br)

## MICHELLE QUEIROZ

**Relações Internacionais**

*Unidade de Comércio Exterior*

Confederação Nacional da Indústria

SBN Quadra 1, Bloco C, Ed. Roberto Simonsen, 12º Andar

Tel.: +55 (61) 3317-8839

**E-mail:** [mqmoura@cni.org.br](mailto:mqmoura@cni.org.br)

**Website:** [www.portaldaindustria.com.br](http://www.portaldaindustria.com.br)

## MICHELE GUERIOZ

Website: <http://www.portalindustria.com.br>

E-mail: [mqmoura@cnii.org.br](mailto:mqmoura@cnii.org.br)

Tel.: +55 (61) 3317-8839

SBN Quadra 1, Bloco C, Ed. Roberto Simonsen, 12º Andar

National Industry Confederation

Foreign Trade Unit

Foreign Relations

## SILVIA MENICUCCI

Website: <http://www.portalindustria.com.br>

E-mail: [silvia.menicucci@cnii.org.br](mailto:silvia.menicucci@cnii.org.br)

Tel.: +55 (61) 3317-8321

SBN Quadra 1, Bloco C, Ed. Roberto Simonsen, 12º Andar

National Industry Confederation

Trade Policy Unit

Business Diplomacy

Executive Secretary of the Brazilian Section of the BBC

# CONTAC TS

\*Prospective agenda.

## October\*

- BRICS Trade Fair, New Delhi, India.
- BRICS Business Forum, New Delhi, India.
- Meeting of the Brazilian Section of BBC delegation with Brazilian Minister of Industry, Foreign Trade and Services, Embassy of Brazil in New Delhi, India.
- Work Groups and BBC Meeting, New Delhi, India.
- Annual BBC Meeting, Goa, India.
- Meeting of the Advising Members of the Brazilian Section of BBC with the President of the Federative Republic of Brazil, Goa, India.
- BRICS Heads of State and Government Summit, Goa, India.

## September\*

- Briefing Meeting with authorities from the Brazilian government on the VIII BRICS Summit, MRE, Brasília, DF.
- BBC Teleconference, FICCI.

## August

- BBC Teleconference, FICCI.

2016

## January

- BBC Videoconference, CCIFR.

## February

- End of term of the Russian Section Chairmanship and beginning of the Indian Section Chairmanship of BBC [February 15th, 2016].
- BBC Videoconference, CCIFR.

## March

- Meeting between the Chairman of the Brazilian Section of BBC with the Executive Secretary (Deputy Minister) of MDIC on the BRICS agenda, MDIC, Brasília, DF.

- Meeting between the President of the Brazilian Section of BBC and the Director of the Department of International Mechanisms on the BRICS agenda, MRE, Brasília, DF.

- Meeting between the Chairman of the Brazilian Section of BBC and the Director of the Department of International Mechanisms on the BRICS agenda, MRE, Brasília, DF.
- Meeting of the President of the Brazilian Section of BBC and the Deputy Minister of International Affairs on the NDB, the Ministry of Finance, Moscow, Russia.

## April

- BBC Midterm Meeting, Moscow, Russia.

## July

- Meeting between the Chairman of the Brazilian Section of BBC with the Undersecretary-General of Asia and Pacific, Acting Director of the BRICS Department of Central and Meridional Asia and Oceania on the BRICS agenda, MRE, Brasília, DF.
- Meeting of the Chairman of the Brazilian Section of BBC with the Undersecretary-General of Asia and Pacific, Acting Director of the BRICS Development of Central and Meridional Asia and Oceania on the New Development Bank, Shanghai, China.
- First Annual Meeting of the Council of Governors of the New BBC Teleconference, CCIFC.

- Moscow, Russia.
- of Labor and Employment, to be held on November 18-19th, 2015, documents to be discussed in the meeting of the BRICS Ministers GM/MTPs, from October 27th, 2015, with suggestions regarding the of Labor and Social Security, in response to the Official Letter 50/ .
- Sendling of letter from the CNI Chairman to the Minister of State BBC Videocconference, CCIFR.

## November

- BBC Videocconference, CCIFR.
- NDB office.
- from the Chairman of the Brazilian Section of BBC, on the regional industry and Foreign Trade Chief of Staff, in response to the letter .
- Receiving of message from the Minister of State of Development, NDB office.

## October

- the NDB will be established in Brazil.
- Brazilian Section of BBC, indicating that the second regional office of Ministry of Finance, in response to the letter from the Chairman of the Development, Industry and Foreign Trade; and Finance.
- Receiving of letter from the Secretary of International Affairs of the State: of Foreign Affairs; Planning; Budget and Management; from the Chairman of the Brazilian Section of BBC to the Ministers Ministry of Finance, Brasília, DF.
- Sendling of letter on the opening of the regional NDB office in Brazil .

## September

- Ministry of Finance, Brasília, DF.
- Meeting between CNI and the Ministry of Finance team regarding NDB, .

## August

2015

- Establishment of the NDB headquarters in Shanghai, China.
- VII BRICS Heads of State and Government Summit, Ufa, Russia.
- Annual BBC Meeting, CCIFR, Ufa, Russia.
- President of the NDB, Moscow, Russia.
- Meeting of the Brazilian Section of BBC with Paulo Nogueira, Vice-(Deputy Minister) of MDIC, Moscow, Russia.
- Meeting of the Brazilian Section of BBC with the Executive Secretary (Deputy Minister) of MDIC, Moscow, Russia.
- Annual Work Groups and BBC meeting, CCIFR, Moscow, Russia.

## July

- Teleconference of BBC, CCIFR, Moscow, Russia.
- Planning Meeting of the Brazilian Section of BBC, CNI, São Paulo, SP.
- Meeting of CNI with the MDIC team dedicated to the BRICS agenda, MDIC, Brasília, DF.

## June

- Meeting between CNI and the IPEA team dedicated to the representation of Brazil in the BRICS Think Tank Council, IPEA, Brasília, DF.

## May

- BBC Teleconference, CNI, Brasília, DF.
- End of term of the Brazilian Section Chairmanship and beginning of the Russian Section Chairmanship of BBC [April 1st, 2015].

## April

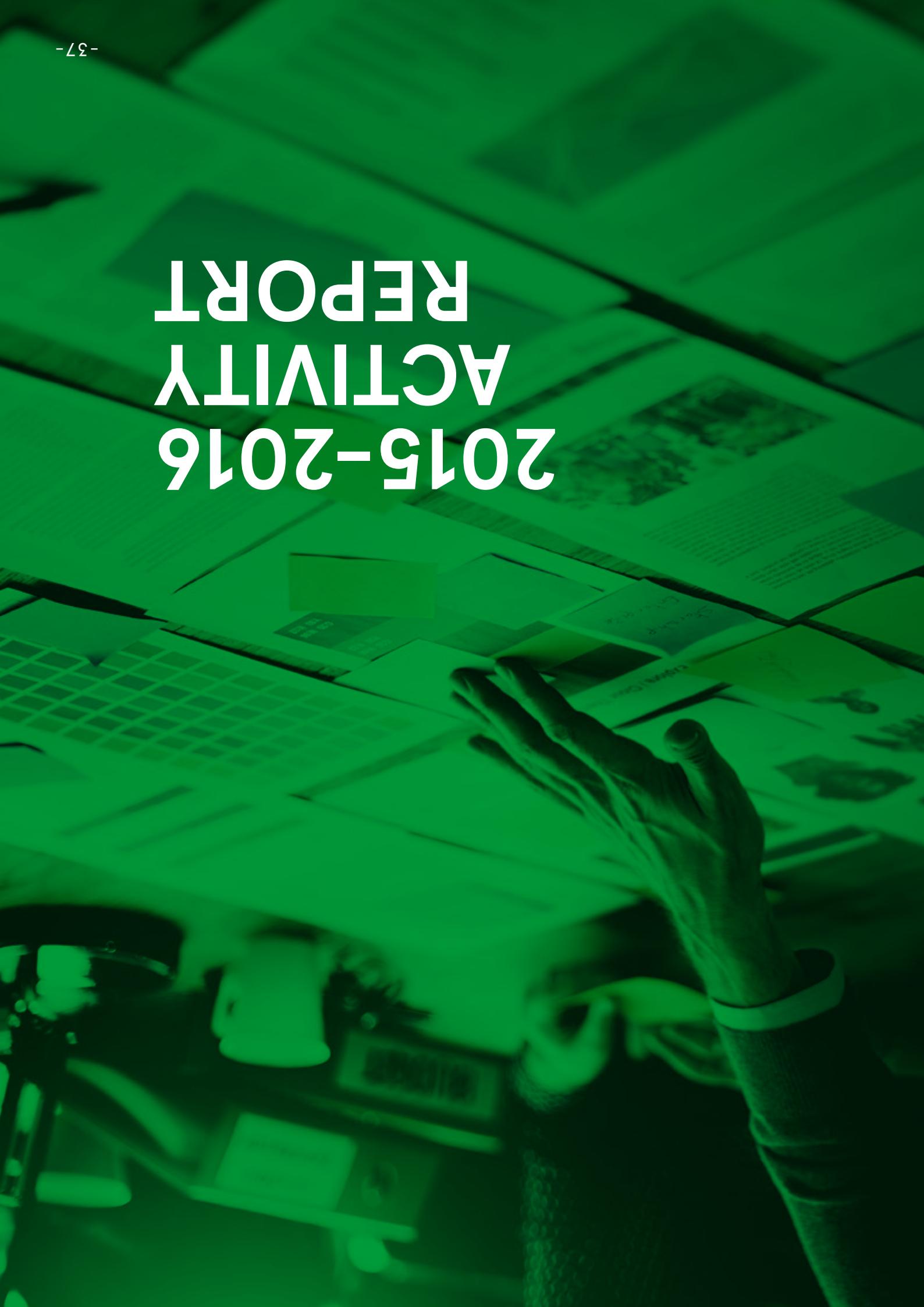
- Sendling of a letter on the NDB Agreement from the Chairman of the Brazilian Section of BBC to the Ministers of State: of Finance; Civil House (Chief of Staff) of the Presidency of the Republic; Development, Industry and Foreign Trade; and Foreign Affairs.
- BBC Midterm Meeting, CNI, Brasília, DF.

## February

- Meeting between the President of the Brazilian Section of BBC and the Director of the Department of International Mechanisms on the BRICS agenda, MRE, Brasília, DF.
- Meeting between the President of the Brazilian Section of BBC and BBC Teleconference, CNI, Brasília, DF.

## January

# REPORT ACTIVITY 2015-2016





# RESULTS 2015-2016

## THE NEW DEVELOPMENT BANK AND THE CONTINGENT RESERVE AGREEMENT

The NDB comes to mobilize resources for infrastructure and sustainable development projects within BRICS and other emerging economies and developing countries. It is a mechanism that has as its complete objective the resources from other multilateral, regional and national development banks, due to the significant gap of resources destined to projects in these countries, and the currently growing demands for investments. The CRA, in turn, aims at providing temporary resources to the BRICS members that face pressures in their payment balances. The instrument contributes to promoting international finance stability, as it complements the global financial protection network, strengthens the confidence of the worldwide economic agents, and has the potential mitigating the risk of tipplers from eventual shocks to affect the BRICS economies.

On July 1, 2015, the process of ratifying the Treaty for the Establishment of the CRA was concluded, and the constituent agreement of the NDB went into effect, with the ratifications from all five BRICS countries.

At the VI BRICS Heads of State and Government Summit, in Fortaleza, held in July, 2014, BRICS took important steps towards promoting a greater economic-financial cooperation among its participants, with the signing of the constituent agreements of the New Development Bank (NDB) and the Contingent Reserve Arrangement (CRA). The initial subscribed capital for the NDB was US\$ 50 billion and its authorized capital, US\$ 100 billion. The resources allocated to the CRA, in turn, will totalize US\$ 100 billion.

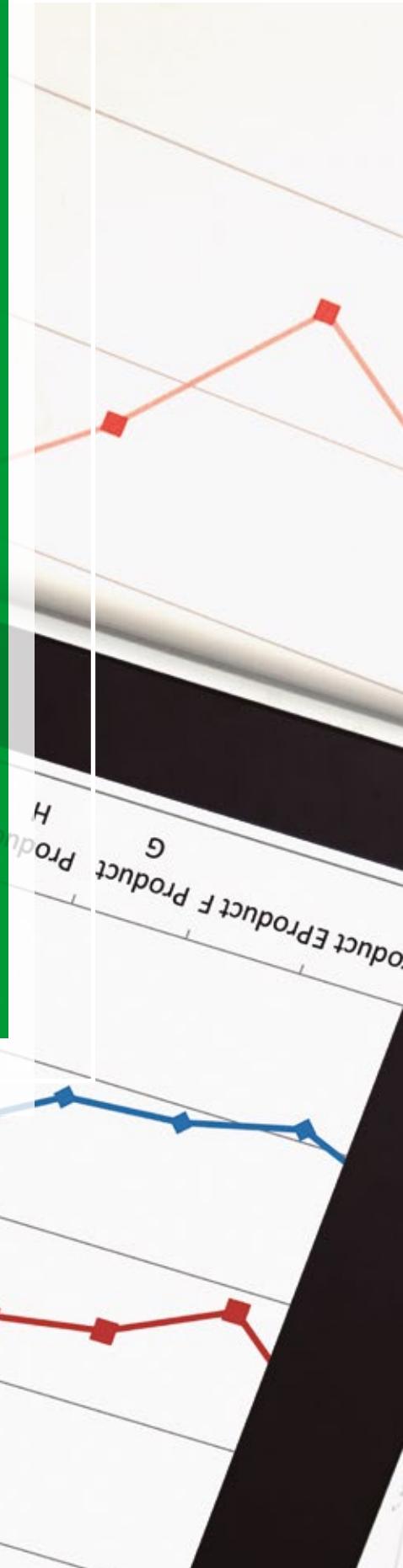
## NEW DEVELOPMENT BANK

4

The constituent Agreement on the Establishment of the New Development Bank (NDB) was signed in Fortaleza, in July 2014, during the VI BRICS Heads of State and Government Summit. On that very opportunity, the Agreement for the Establishment of the BRICS Contingent Reserve Arrangement was signed to create a fund for economic crises moments.

The NDB aims at mobilizing resources for infrastructure and sustainable development projects, with the intention of completing the resources of other multilateral, regional and national development banks, regarding the significant gap between the available resources for the financing of infrastructure and finance projects from the public sector as well as the private and sectoral will be sustainable development and the increasing demands. The NDB will be able to use a wide range of financial instruments, including loans, guarantees and investments in equity.

Through the Legislative Decree #13, from June 3rd, 2015 and, therefore, the Brazilian Government deposited the ratification instrument of the Agreement on June 23rd, 2015. On July 3rd, 2015, all the BRICS countries had ratified and deposited their ratification instruments, making the NDB effective.





Conditions and to prospect new opportunities for Brazil in industry from May 27th, 2008, which legislates on the assignment of mandate and mandatory of agricultural attaches within Brazil and legislation of interest for the Brazilian industry, as well as on possible changes in non-tariff barrier policies, to follow and inform on consumption trends and requirements regarding industrialized products; to indicate and facilitate contact with local specialists, importers and authorities; as well as keeping information on the Brazilian government's initiative or potential missions abroad.

In a similar way to the agricultural attaché,  
the industry and trade attaché will have  
as mandate: to search for better access

The Brazilian Section of BGC defends the assignment of an industry and trade attaché to act in the Embassies of Brazil in Moscow, New Delhi, Beijing and Pretoria, with the mission of advising in industry and trade affairs.

COUNTRIES

IN THE OTHER BRICS

BRASILIAN EMBA

INDUSTRY AND TRADE

The private sector requests the enrollment of the Brazilian government so that such measures are reviewed.



The arrangement of juries has been facing obstacles for accessing the Chinese market. The import tax is based on the temperature of the product: the juries that present temperatures above 18°C (17°C, -16°C) pay 75%. This barrier discourages the adoption of the bulk system used for shipping products to the United States of America, European Union and other countries, in which the jury is kept at the temperature of -10°C, which is highly competitive than the transportation in drums, as currently used to supply the Chinese market. The cost of storing the juries in drums is approximately US\$ 30 million per annum, which are stricter than the regulations the tariff issue, there is the regulation of yeast, which are microbiological limits for mould isolation on drums is approximately US\$ 40 a ton.

ORANGE JUICE

The Brazilian Section of BBC requests that their applications in China do not suffer unjustified delays in their approval in China. The improvements in the regulatory process in China for the approval of biotech-modified events in a transparent and predictable fashion. In parallel, we request the establishment of an annual BRICS ministerial dialogue, to discuss science-based agricultural innovation and the increase in cost for innovative technologies in agriculture.

PAPER AND CELLULOSE

The use on that technology, for example soy shipments containing GM seeds, has been taking an unprecedented amount of time. It is paramount that new biotech products be approved as quickly as possible.

The use of herbicides has already proved the herbicide resistance of certain species to herbicides. This problem has been tackled with the agricultural systems management around the world, which causes an increase in production costs and leads to the production of crops. In Brazil, tolerant to isoxadiazole and glyphosate, Soy FG72 was developed in this direction, Soy FG72 soybean resistance to herbicides, that allows a better pest control management sustainability and prevention to the resistance to herbicides.

The Brazilian National Biosecurity Tech-Soy FG72 event in 2015. The Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply (MAPA), the Brazilian Environment and Renewable Natural Resources Institute (IBAMA) and the Brazilian National Health Surveillance Agency (ANVISA) have already approved the herbicides for use on that technology.

108

The publication of the new regulation, with immediate effect, was not followed by clear information on the required certification, its contents, objective, issuing traffication, its consequences or the type of competent authorities or the type of transparency and describes attention on must be submitted. The imposition lacks treatment through which the container must be submitted. The multilateral trade possible disregard to the rules of the by the WTO. It is specifically important multilateral trade system, established to highlight that the multilateral trade rules require regulations of this type to be scientific-based and not be more than necessary to fulfill their objective.

MULISECIORIAL - ZIRKA VIRUS

In India, brake systems need the Indian standard certification (IS 11528), and friction materials face import taxes of 12.5%, which has to be considered in the widening of the same products show that the issue of standardization among the BRICS countries is something to be tackled, as it generates different costs and requires investments to the exporters.

The same product faces the need for cer-  
tification in South Africa by the standard-  
ization agency (South African Bureau of  
Standards - SABS). For the products that

In the Chinese market, the machinery and equipment sector indicates the need for following the Guobiao standards (GB standard) (a regulation from the Chinese government) as a market barrier for foreign manufacturers.

#### MACHINERY AND EQUIPMENT

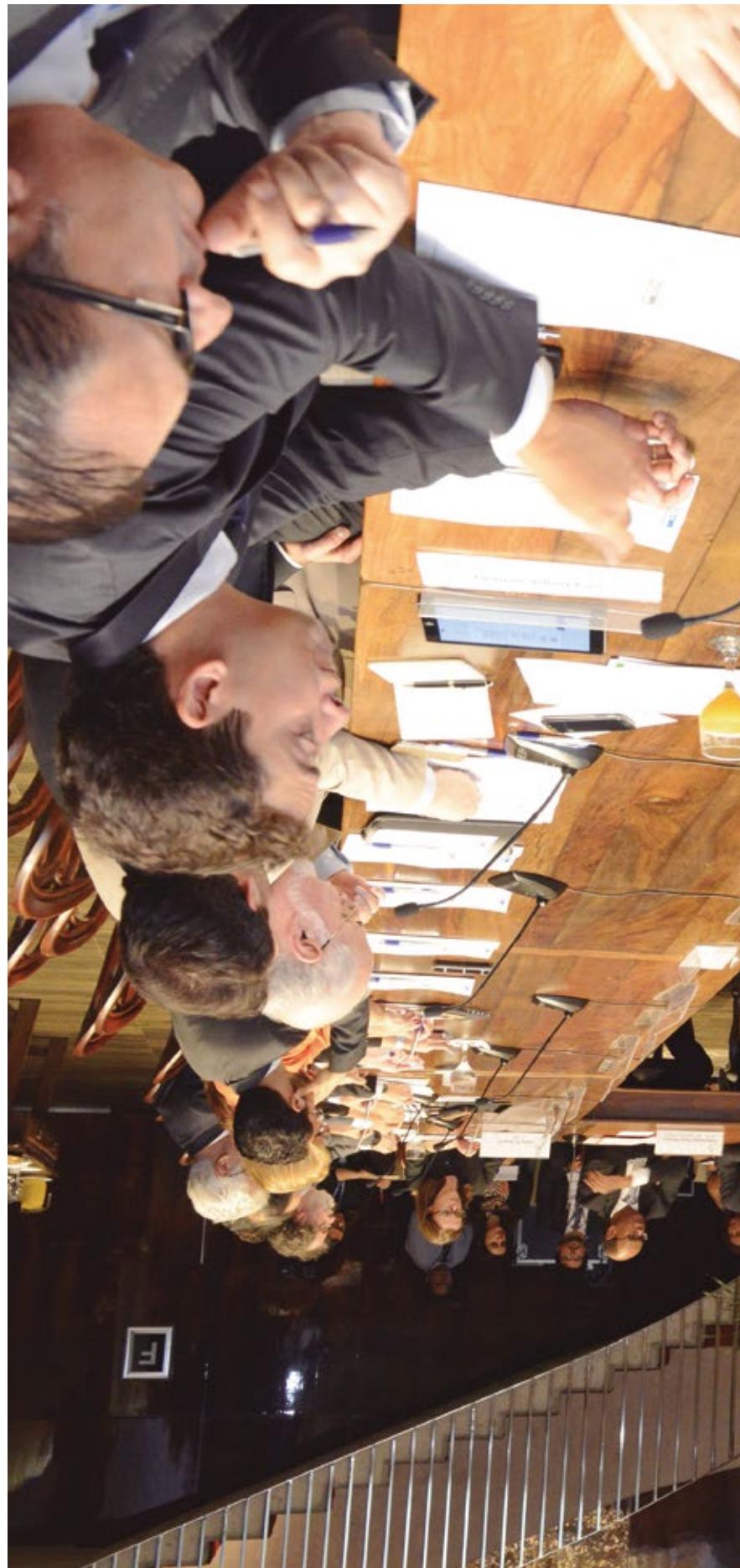
Brazil has the biggest program in the world for fossil fuel replacement by other renewable and clean sources. The import tariff for ethanol in China is 40%, which hinders the exports of bigger volumes from Brazil. Besides the high tariffs, the import of ethanol is subjected to a prior authorization process by the Chinese government.

ETHANOL

On the same direction, the sector faces difficulties in accessing the Chinese market, especially the delay and bureaucratization in the registration process, with the requirement of *in loco* certification tests and other assays not used by any other countries or non-compliant to international standards. There are reports of approval processes to orthodontic products that have taken three years, with high costs, without, however, the achievement of the expected result.

This sector also faces difficulties in the exports to South Africa and India, that require technical specifications, prioritizing suppliers from the United States, European Union and Japan. The sector requests efforts to be made for a closer collaboration between the regulatory agencies from Brazil and these countries so that all the processes and requirements involved are encompassed.

However, a delayed to January 1st, 2017. However, a new Russian regulatory revision is taking place, based on the European Economic Union standards, bringing uncertainties and questions.



The medical and dental devices sector indicated that the technical regulations required by Russia have hindered the exports for that market, due to certification, dead-lines, documentation, translation and sample requirements, that raise the cost of exporting to a threshold that makes it practically unfeasible to access the market. In 2012, new procedures have been introduced requiring that all previously approved equipment for the use in Russia to be submitted to a new approval until the end of 2013 by Roszdravnadzor, the Russian regulatory agency. Due to the delays in this process and by request of the exporters, the stated period was

MEDICAL AND DENTAL DEVICES

The requirements made by India regarding leather are relative to the sale of hide or *in natura*, which is not the case of Brazil. However, they treat the wet blue leather differently than India does. In India, they treat the wet blue leather as if it was salted hide or *in natura*. Besides requiring different sanitary barriers, India also requires different sanitary certificates. Previously, the "Other Destinations" certificate (Certificate of Origin) was accepted. However, they started requiring a new document called "Animal Health Certificate". To fulfill this requirement, the Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply of Brazil (MAPA) created a new certificate specific for India. However, it has generated bureaucracy and unnecessary expenses, with difficulties in clearing the goods in the destination ports.

LEATHER (HIDE)

LEATHER (HIDE)

The beef has been facing, besides high tariffs, of around 30% in India, sanitary barriers in the BRICS countries. Brazil does not have any Sanitary Agreements with India, which hinders unfeasible the export of beef to that country. Thus, the Brazilian Sector of the BCB requests that a Sanitary Agreement is signed between a South Africa, the high tariff of 40% case of South Africa, the high tariff of 40% underrides the competitiveness of the Brazilian product, from the exports from Namibia, Botswana and Lesotho, having within the Mercosur-SACU Agreement, regarding poultry, there is a great interest from the Brazilian exporting sector in access and preferential treatment) are prohibitive, cuts and processed items) are 100% for tariifs (35% for whole chicken; e 100% for cessing the Indian market. However, high cessing the sanitary market, even with the open and hinder the exports, since market in the sanitary point of view since 2008. Thus, poultry must be considered in trade negotiations in the scope of the Mercosur-India Agreement. That sector still faces difficulties in India with import

LEATHER (HIDE)



### **the export sector.**

The sector also struggles in the interplay of Chinese regulations, mainly taxation of the food industry, mainly on labelling of imported products. The sector requests that the Chinese regulatory authorities develop guidelines, with commentaries and examples to facilitate the fulfillment of the regulations, prevening unnecessary costs to industries, particularly in the market.

Yet very far from its potential, due to the high tariffs. Therefore, commercial negotiations in the scope of the Mercosur-SACU Agreement must consider the inclusion of these products, aiming at the guarantee of better access to the South American market.

The South African import tariff to the main export products of the biscuit makes and pasta sector, is 21%, one of the highest in the international market, which hampers the industry and performance on that market. The sector already exports to South Africa, Europe and the rest of the world.

## BISCUITS, CAKES AND PASTA

countries and in the scope of the WTO.

The exports are far from their potential, due to currently existing trade barriers. Below, some examples of barriers were listed. They deserve attention from the Brazilian government in its negotiations with the governments of the other BRICS.

motion of Brazilian exports to the BRICS markets.

OTHER BRICS COUNTRIES

3.2.



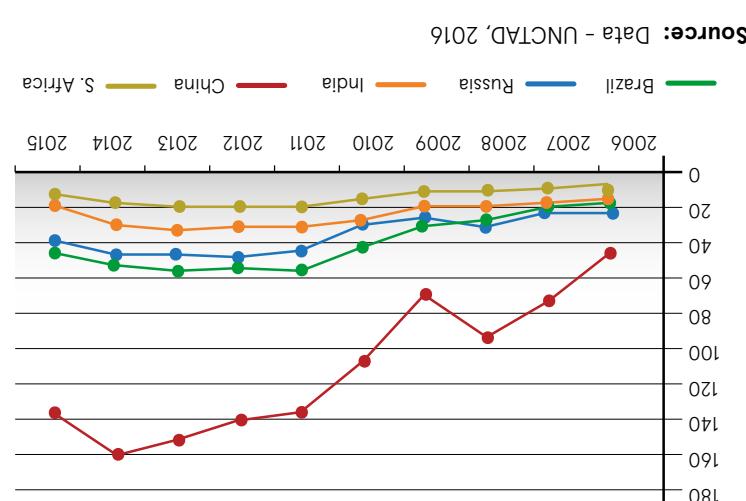
AGREEMENTS  
AND MERCOSUR-SACU  
MERCOSUR-INDIA | 3.1.

Signed on December 15th, 2008 by the Mercosur Member States and the SACU Members (South Africa, Botswana, Lesotho, Namibia and Swaziland), the agreement only went into effect on April 1st, 2016. The Mercosur-SACU Agreement only encompasses more tariff shares than the one with India, but it is still limited. There are 1076 shares offered from Mercosur to SACU and 1064 from SACU to Mercosur. The negotiated margins are 10%, 25%, 50% and 100% with around 40% of the tariff shares with 100% preference. Likewise, it is necessary to extend the concessions and also to include new themes to make the agreement more advantageous for Brazil.

The Mercosur-Media PTA, effective since June 1st, 2009, is quite limited, including only 452 concessions from the Mercosur for Indian products and 450 concessions from India that benefit Mercosur export products. The negotiated preferences are of 10%, 20% and 100%, being 95% of the concessions concentrated in the two first shares. It is necessary to extend such concessions in order to benefit the Brazilian exports with a bigger added value, as well as including themes, such as services, governmental procurement, investments and trade facilitation.

The Brazilian Section of BCB requested a widening of the scope and the deepening of two agreements within the Common Market (Mercosur): The Mercosur-Latin American Preferential Trade Agreement (PTA) and the Trade Agreement between Mercosur and the South African Customs Union (SACU).

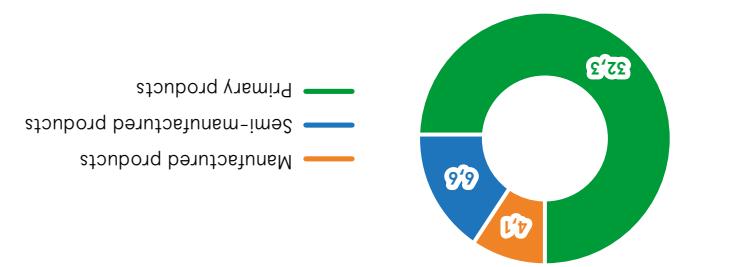
**Graph 1.** Intra-BRICS exports, by country (in US\$ billions)



**Graph 2.** Brazilian exports to BRICS by aggregated factor

The Brazilian exports to Russia, India, China and South Africa presents a concentration effect on the export market.

**Source:** Data - UNCIAID, 2016



**Graph 3.** Percentage of Brazilian BRICS exports by

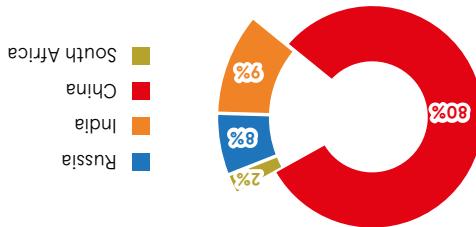
The concentration of the Brazilian exports to BRICS markets by destination is also

**Source:** Data - Alciceweb, MDIC,

That way, there is a double challenge: to add value to the products exported and to

diversify the destination of the exports.

Source: Data - AliceWebs, MDIC, 2016



## MARKET ACCESS IN BRICS

3

Regarding international trade in BRICS, it is verified that the intra-group exports are still relatively reduced if compared with the exports from the BRICS countries to commercial partners non-participants of the group. In 2015, the intra-BRICS exports corresponds to 77% of the total BRICS exports. The numbers by country can be verified in the graph below.

According to data from the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), 2016  
United Nations Conference on Trade and Development

the Think Tank Council reflects themes of interest of the Brazilian private sector in the context of the economic integration of Brazil with the other BRICS countries. The preferred Council was established in 2013, during the 5th BRICS Academic Forum, in Durban, with the intention of sharing and disseminating information; to carry out research, analyses of policies and prospective studies; as well as developing capacities in the scope of BRICS.

The Brazilian Section of BGC suggests the establishment of a dialogue channel with the representative of Brazil in the BRICS Think Tank Council - the Institute for Applied Economic Research (IPEA). The purpose is that the research and studies agenda of

2.6. | BRICS THINK TANK COUNCIL

The BRICS Financial Forum is the expression of the cooperation among the national development banks, started in 2010, in the II BRICS Summit, in Brasília. Since then, the national developmental development banks host parallel meetings during the BRICS Summits, in which they adopt agreements on financial cooperation in several themes.

The Brazilian Section of BBC requests to the Brazilian government the sharing of the results of this forum so that the Brazilian Section of the Council is kept informed of them.

2.5. BRICS FINANCIAL FORUM

The document expresses that the members of BRICS will be engaged with enterprise communities in their respective countries to implement the Strategy, and will encourage a greater contribution among the BRICS Enterprise Communities. The priority areas for cooperation are: trade and investment; mining and processing industry; energy; cooperation in agriculture; science, technology and innovation (Memorandum of Understanding on Science, Technology and Innovation); financial cooperation; and business and labor mobility); and cooperation in information education; and connectivity, being that institutional, physical, and among people (education; and businesses and labor mobility). Technologies and Communication (TCs).



The intentions of the mentioned Strategy are: to improve the access opportunities to markets and to facilitate the links among the markets; to promote mutual trade and investment and to create a conducive environment to business for investors and entrepreneurs in all the countries of BRICS; to improve and diversify the cooperation in trade and investment in order to strengthen the coordination in macroeconomic policies and inclusive economic growth, in order to eradicate poverty, fight unemployment by means of the BRICS Virtual Secretariat exchange of information by means of the BRICS Economic Exchange Platform, as well as other agreements of international cooperation in social inclusion; to promote the advanced technologies and development of talents, leading quality by fostering the innovative economic development, based on agreed platforms; to consolidate efforts to assure a better growth and the BRICS Economic Exchange Platform, as well as other greater interaction and cooperation with countries non-members.

The Brazilian Section of BBC requests the holding of meetings with representatives of MIDIC and MRE, so that they may raise awareness to the private sector of the agenda of themes to be discussed, as well as allowing the members of the Brazilian Section to present proposals and recommendations on subjects that may deserve special attention from the Brazilian government. The Brazilian Section of BBC requests the holding of meetings with representatives of MIDIC and MRE, so that they may raise awareness to the private sector of the agenda of themes to be discussed, as well as allowing the members of the Brazilian Section to present proposals and recommendations on subjects that may deserve special attention from the Brazilian government.

Taking into consideration the relevant themes that the Strategy

of the BRICS as well as international organizations and forums,

increasing the economic growth and the competitiveness of the BRICS economies in the global scope.

The Strategy for a BRICS Economic Partnership was adopted

## PARTNERSHIP

### 2.4. | STRATEGY FOR A BRICS ECONOMIC

that the Brazilian Section of the Council may remain informed of the advances and new themes of the BRICS agenda.

The publication and sharing of the results of the CGETI meeting with the Brazilian private sector are also extremely relevant, so that the Brazilian Section of the Council may remain informed of the advances and new themes of the BRICS agenda.

The Brazilian Section of BBC requests the holding of meetings with representatives of MIDIC and MRE, so that they may raise awareness to the private sector of the agenda of themes to be discussed, as well as allowing the members of the Brazilian Section to present proposals and recommendations on subjects that may deserve special attention from the Brazilian government.

In the Declaration, adopted by the Ministers of Trade as result

regarding intellectual property.



The Brazilian Section of BRC requests the creation of a dialogue mechanism with representatives of the Brazilian Government in the CGEIT, namely the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade (MDIC) and the Ministry of Foreign Affairs (MRE), for the sharing of the agenda, prior discussion of positions, evaluation of recommendations and concerns of the private sector, and prioritization of demands.

The CGEIT was instituted in III Summit of Shanya, in 2011, as a mechanism of engaging senior authorities in the scope of the BRICS countries with the intention of coordinating positions and defining the cooperation priorities of the five countries in economic and international trade issues, supporting the meetings of the Ministers of Trade. The CGEIT agenda in its July, 2015 meeting, in Moscow, approached themes regarding electronic commerce, cooperation in micro, small and medium-sized enterprises, seminary on single window, and creation of a work group on trade promotion, and cooperation

### **2.3. | BRICS CONTACT GROUP ON ECONOMIC AND TRADE ISSUES (CGETI)**

The Brazilian institution of regular dialogue between the representatives of Brazil in these BRICS member states and the members of the Brazilian Section in the BBC Work Groups - Agribusiness, Skills Development, Energy, Infrastructure, Manufacturing, Financial Services - becomes an important tool so that the visit of the Brazilian private sector, its concerns, priorities and recommendations can be added to the political interests of Brazil in these meetings, granting the country with an active role in proposals.

The Second BBC Annual Report, adopted in the Council of Meeting held in Ufa, in Russia, highlights the relevance of recognizing the advisory role of the Business Council within the government instances of the BRICS. That way, it is fundamental the creation of a dialogue channel between the Brazilian Section of BBC and the Ministers of State of Brazil so that the position of the country in the BRICS ministerial meetings may reflect the interests of the Brazilian private sector.

The countries that compose BRICS promote meetings of Ministers of State and other authorities, that have resulted in joint declarations and, in some cases, the adoption of sectorial or strategic intergovernmental instruments, such as the Memorandum of Understandings on Energy Efficiency adopted in the BRICS Ministers of Energy Meeting in 2015.

STATE  
BRICS MINISTERS OF  
DIALOGUES BETWEEN  
2.2.

Moreover, it is relevant that the five additional members of the Brazilian Section of the Federative Republic of Brazil, in order to emphasize the priorities of the Brazilian entrepreneurs, in the context of the Annual Council Report. Thus, the Brazilian Section that a meeting requested that the five members of the official programme of the Brazilian President, in the scope of the Heads of State and Government of the BRICS, prior to the delivery of the BBC Summit, will be included in the official programme of the Brazilianian President, in the scope of the Heads of State and Government of the BRICS.

The Brazilian Section requests to the Ministry of Foreign Affairs (MRE) to keep the practice of holding a briefing meeting for the members of the Steering Committee, in the days prior to the BRICS Summit, with the participation of representatives from other ministries. This meeting is strategic so that the Brazilian private sector knows the themes that will be approached in the Summit and its parallel events, and the Brazilian position regarding each one of them. It is also the moment for the Brazilian government to know the objectives of the Brazilian entrepreneurs in the BRICS context, as well as to receive specific requests from the members of the Brazilian Section.

Plan of action are adopted. Eventually,

- At the end of the Summits, usually, a joint declaration and its respective  
VIII Summit: Goa, India, October, 2016. (Confirmed)
- VII Summit: Ufa, Russia, July, 2015; and
  - VI Summit: Fortaleza, Brazil, July, 2014;
  - V Summit: Durban, South Africa, March, 2013;
  - IV Summit: New Delhi, India, March, 2012;
  - III Summit: Sanya, China, April, 2011;
  - II Summit: Brasília, Brazil, April, 2010;
  - I Summit: Yekaterinburg, Russia, June, 2009;

taken place, with the presence of all the leaders of the mechanism:  
South Africa, since 2011) meet annually. Seven Summit meetings have already  
Since 2009, the Heads of State and Government from the BRICS countries (with  
of the five countries, with recommendations regarding trade and investments.  
Council delivers formally its Annual Report to the Heads of State and Government  
Traditionally, since the creation of BBC, in the V BRICS Summit, in Durban, the  
The Brazilian Section of BBC acts so that the priorities of the Brazilian enterprise  
Russo and Indian charters, in order for its requests to be recognized in  
measures are reflected in the III Annual Report of the Council, elaborated under the  
The scope of the BRICS governmental arrangement.

## 2.1. BRICS HEADS OF STATE AND GOVERNMENT SUMMITS

# GOVERNMENTAL DIALOGUES AND MEETINGS WITHIN BRICS

2

1.9. PARTNERSHIP IN SKILLS DEVELOPMENT

Brazil has been developing, for 40 years, the biggest program in the world for fossil fuel replacement by other renewable and clean sources. Thus, we suggested the institution, in the scope of BRICS, of an Ethanol Partnership, aiming at exploring the opportunities in the wide field of renewable energy.

The partnership could be created through the signing of a Memorandum of Understanding on Ethanol Cooperation in Brics, encompassing several stages of the value chain and direct investments. The agricultural sector would be engaged in technology transfer, adaptation for varieties of sugar cane, and agro-cultural management. The processing industry and other technologies, such as the production of second generation ethanol, as well as the sectors of logistics and distribution including processes of blending and pipelines, would also be contemplated. The memorandum may also include the knowledge exchange on technologies related to fuels in the automotive industry, such as flex fuel, and on public policies, including the ones related to sustainable practices.

1.8. ETHANOL PARTNERSHIP

Policies and institutional mechanisms for such goals.

to the compliance of evaluating their  
compliance to the WTO rules. This  
scenario requires, from the export-ba-  
sed economies, the implementation of  
legal and political instruments aiming  
at identifying, assessing the legality  
and, finally, overcoming the barriers  
imposed by their main commercial  
partners to the trade of goods, services  
and investments.



The Roadmap determined seven areas of cooperation: (i) training in the human resources of the BRICS intellectual property offices [led by the National Intellectual Property Institute (NIFI) (Brazil)]; (ii) awareness raising on intellectual property within BRICS on intellectual property issues [led by the Examiners Exchange Program (led by the Russian Patent Office); Federal Service for the Examination of Chinese Property Office (SIPo); (iii) information Services on intellectual property - Rospatent]; (iv) processes and procedures regarding patent-related information exchange; (v) intellectual property/patents (led by INPI); (vi) national intellectual property strategy and enterprise by INPI; (vii) international intellectual property strategy and enterprise by CIPC); (viii) contribution in and intellectual property strategy Commissions (led by the South African office); (ix) intellectual property strategy and enterprise by CGPDTM).

China, Europe, United States, South Korea, and United States.



<p>The PPH will prevent the duplication of efforts by the examiners to ensure the cooperation between the respective offices, to provide access and voluntary use of the analyses carried out by the offices, in order to allow that a patent is granted in a reduced time. It must be highlighted that the China's State Intellectual Property Office (Sipo) is one of the five biggest state intellectual property offices in the world), which has initiated on January 6th, 2014, a wide pilot program I.P.S. PPH Patent Prosecution Highway.</p>	<p>The signing of a PPH would also contribute to increase the scope of the five international property area. It must be highlighted that, in 2013, the five international property offices of the BRICS cooperation Roadmap for the BRICS intellectual property offices, met in Magdeburg, South Africa, and adopted the Cooperation Roadmap for the BRICS intellectual property offices.</p>	<p>Moreover, the subject of cooperation in the intellectual property issues. There is, therefore, an established international context. That way, the Brazilian Section of BBC has interest in knowing the government discussion agendas, in the scope of BRICS.</p>	<p>That way, the Brazilian Section of BBC has interest in knowing the government discussion agendas, in the scope of BRICS, regarding the intellectual property theme, reducing from the government to the private sector may have voice in topics, so that the Brazilian private sector may have voice in the discussions.</p>
<p>Brazil is going through the challenge of adopting efficient tools to identify, monitor and, if necessary, overcome non-tariff trade barriers. In this direction, the Brazilian Section of BBC considers it important that the BRICS countries sign a memorandum of understandings to exchange information and experiences regarding existing policies and institutional mechanisms in each one of them in order to identify, evaluate late legality, and to take measures for the elimination of trade barriers of goods, services and investments in foreign markets, should there be any non-compliance to the multilateral trade system rules.</p>	<p>The non-tariff barriers, specifically the technical ones as well as sanitary and phytosanitary measures, have taken relevance in recent years, as challenges to the exporters, due</p>	<p>to the lack of experience in foreign markets and the implementation of trade barriers of goods, services and investments in foreign markets, should there be any non-compliance to the multilateral trade system rules.</p>	<p>The Brazilian Section of BBC defends the sanitary and phytosanitary measures, specifically the technical ones as well as</p>
<p>1.7.   IDENTIFICATION, MONITORING AND OVERCOMING TRADE BARRIERS</p>	<p>  IDENTIFICATION, MONITORING AND OVERCOMING TRADE BARRIERS</p>	<p>1.6.   INTELLECTUAL PROPERTY</p>	<p>1.6.   INTELLECTUAL PROPERTY</p>
<p>The Brazilian Section of BBC defends that the examination of PPH would also contribute to increase the scope of the five international property area. It must be highlighted that the five biggest state intellectual property offices, in order to allow that a patent is granted in a reduced time. It must be highlighted that the China's State Intellectual Property Office (Sipo) is one of the five biggest state intellectual property offices in the world), which has initiated on January 6th, 2014, a wide pilot program I.P.S. PPH Patent Prosecution Highway.</p>	<p>The PPH will prevent the duplication of efforts by the examiners to ensure the cooperation between the respective offices, to provide access and voluntary use of the analyses carried out by the offices, in order to allow that a patent is granted in a reduced time. It must be highlighted that the China's State Intellectual Property Office (Sipo) is one of the five biggest state intellectual property offices in the world), which has initiated on January 6th, 2014, a wide pilot program I.P.S. PPH Patent Prosecution Highway.</p>	<p>The Brazilian Section of BBC defends that the five biggest state intellectual property offices, in order to allow that a patent is granted in a reduced time. It must be highlighted that the China's State Intellectual Property Office (Sipo) is one of the five biggest state intellectual property offices in the world), which has initiated on January 6th, 2014, a wide pilot program I.P.S. PPH Patent Prosecution Highway.</p>	<p>The Brazilian Section of BBC defends that the five biggest state intellectual property offices, in order to allow that a patent is granted in a reduced time. It must be highlighted that the China's State Intellectual Property Office (Sipo) is one of the five biggest state intellectual property offices in the world), which has initiated on January 6th, 2014, a wide pilot program I.P.S. PPH Patent Prosecution Highway.</p>





On this intention, the Brazilian Section suggests the creation of a BRICS dialogue and cooperation forum that voluntarily congregates the public and private entities, involved in the design, development and management of the BRICS countries single window portals. This forum would have as its objectives: (i) to promote the use of the single window portals as instruments of support to the public and private sectors in their efforts to facilitate trade; (ii) to create and disseminate knowledge, based on analyses, studies and exchange of experiences and best practices from existing single window portals in the BRICS countries and recognized by international organizations, such as the WTO, the World Customs Organization and the United Nations Centre for Trade Facilitation and Electronic Business; and (iii) to promote the interaction between the BRICS countries single window portals and the electronic exchange of documents.

1.3. TRADE FACILITATION

The transborder mobility of people is taking more and more importance for businesses, as the worldwide economy has become more connected. The participation in global value chains, with the underlying increase in trade of intermediate goods and services and the intra-firm trade, has been fundamental for the competitiveness of the companies. In this scenario, the flow of entrepreneurs among the countries becomes strategic for the companies to have access to foreign markets, find specialists for their projects, interact with customers, partners and investors, manage different teams, and implement the internationalization plans of the companies.

The Brazilian Section of BBC considers the subject of trans-border mobility to be a trade facilitation issue, disregarding procedures that regulate the entry and the exit of foreigners in a country. On that sense, the Brazilian Section advocates that arrangements for reciprocal or unilateral agreements among the BRICS countries, as well as procedures that arrange the short duration visas are examples of the requirements of the adoption of a BRICS Business Travel Card.

NATIONAL BUSINESS

1.2. MOBILITY OF PEOPLE AND

The detainees of BRICS countries, by the acceptance of the Protocols of Amendment to the Trade in Services Treaty, and the Protocols of Agreement on Environment and Trade in Mexico after the WTO. The extreme rate of Agreements Brazil (03/29/2016); Russia (04/22/2016); India (04/22/2016); China (09/04/2015). South Africa has not yet deposited the Acceptance Note to the instrument.



The execution of the proposed system must be under the responsibility of the central banks of the respective countries. The Brazilian Section of BBC supports the signing of an agreement for the use of the Local Currency Payment System (LCS) among the BRICS countries, that allows the importers and exporters from Brazil and the other countries (Russia, India, China and South Africa) to make and receive payments in their respective currencies, as in the existing agreement between Brazil and Argentina.

It would make possible the increase of the access level of small and mid-sized agents in the trade among the BRICS countries, and the use of local currencies, and the reduction of financial administrative costs in commercial transactions.

## COOPERATION AND AGREEMENTS

### 1.1. LOCAL CURRENCY PAYMENT SYSTEM





The Work Program of the Brazilian Section of BBC regarding the 2016-2017 period was elaborated by the Executive Committee, with participation of the members of the Steering Secretariat, aiming at improving the business environment and increasing the trade and investment flows within BRICS. The topics had been gathered in four areas: (1) Cooperation and Agreements; (2) Governmental Dialogues and Meetings; (3) Market Access; and (4) New Development Bank.

# WORK PROGRAM



# BRAZILIAN PARTICIPATION IN THE WORK GROUPS



- Robson Braga de Andrade, Presidente
- Carlos Eduardo Abijaodi, Director de Desenvolvimento Industrial
- Diogo Bonomo, Gerente Executivo de Comercio Exterior
- Constantza Negri, Gerente de Politica Comercial
- Silvia Menicucci, Especialista, Secretaria Executiva do Conselho, Gerencia de Politica Comercial
- Michelle Querizo, Analista, Gerencia Executiva de Comercio Exterior

BRAZILIAN NATIONAL CONFEDERATION OF INDUSTRY (CNI)

- Brazilian Institute of Finance and Economic Research
- Brazilian National Service for Economic and Social Development
- Getulio Vargas Foundation - FGV

OTHER ENTITIES

COMPANIES AND ENTERPRISE GROUPS					
- Andrade	- Camargo	- CWB Brazil	- Gerdau	- OAS	- Suzes
Gutiérrez	Corrêa	Participations	Grupo Random	Odebrecht	Vale
- Andritz	- CNPC	- EDF Brasil	- Interemprent	- Progen	- Weg
Banco do Brasil	Wohleypersons	Eletrobras	Intertechnic	Quretiroz Galvão	Raziene
- BRF	- CSE Engenharia	- GE	- Marcopolo	- Raziene	

- National Trade Union of the Heavy Construction Industry - SINICON
- Federation of Industries of the State of Rio de Janeiro - FIRJAN
- Brazilian Trade Industry - IBIA
- Brazilian Sugar cane Industry Association - UNICA
- Brazilian Medical Devices Manufacturers Association - ABIMO
- Brazilian Machinery Builders' Association - ABIMAC
- Brazilian Electrical and Electronics Association - ABINEE
- Brazilian Confederation of Agriculture and Livestock - CNA
- Brazilian Association of Infrastructure and Basic Industries - ABDIB
- Brazilian Association of Citrus Exporters - CitrusBR
- Brazilian Association of Animal Protection - ABPA
- Association of Brazilian Beef Exporters - ABIEC

#### BUSINESS REPRESENTATION ENTITIES

José Rubens de La Rosa, Marco Polo

#### CHARMANSHIP

## STEERING COMMITTEE MEMBERS OF THE



CNI is responsible for the Executive Secretariat of the Brazilian Section of BBC. The Executive Secretariat advises the Chairman and the Steering Committee in the development of its initiatives,

#### EXECUTIVE SECRETARIAT

The Brazilian Section of BBC is chaired by Marco Polo.

#### CHARMANSHIP

The Steering Committee is the representative body of the Brazilian Section of the Council, who congregates the advising members and the work group members and is responsible for the analysis of relevance of the policy agenda of the Brazilian Section of BBC, counting on support of the Executive Secretariat for that matter.

#### STEERING COMMITTEE

The Brazilian Section of BBC is formed by the advising members by companies, trade associations and other entities, members of the work groups.

#### WORK PROGRAM

The Steering Committee organizes around a Work Program, evaluated and approved by the members of the Steering Committee to be called upon for extraordinary meetings.

#### MEETINGS

The Brazilian Section of BBC is organized around a Work Program, including the design of its Work Program and the advocacy strategy, as well as in the pertinent administrative affairs.

#### MEMBERS

# THE BRAZILIAN SECTION OF BBC INSTITUTIONAL STRUCTURE





Financial Services.

Besides the advising members, BBC counts on members from the five countries, participants of the seven thematic Work Groups, namely: Agribusiness; Skills Development; Degradation; Infrastructure; Manufacturing; and

## WORK GROUPS

The BBC Charimanship is rotating and annual. The Indian Section of the Court, led by company Apollo Tyres will, for the first time, host the meeting. The meeting will be held on February 15th, 2016, and will be succeeded by China's COSCO Group, in 2017.

CHAIRMANSHIP

ADVISING  
MEMBERS

The BRICS Business Council (BBC) was created in 2013, in the VBRICS Summit, in Durban, South Africa, comprising five countries - Brazil, Russia, India, China and South Africa.

BRICS BUSINESS COUNCIL

# BBC INSTITUTIONAL STRUCTURE

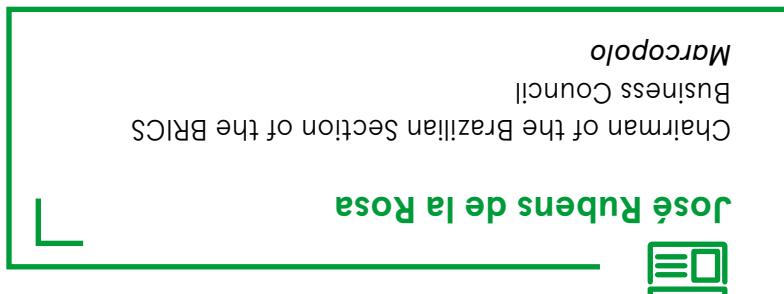


08	BBC Institutional Structure	14	Local Currency Payment System	15	Mobility of People and International Business	15	Trade Facilitation	17	Social Security Agreement	18	Cooperation and Investment (Totalization Agreement)	24	Strategy for an Economic Partnership of BRICS	25	BRICS Financial Forum	25	BRICS Think Tank Council	25	Identification, Monitoring and Overcoming Trade Barriers	18	Intellectual Property	18	Facilitation Agreement	18	Economic and Trade Issues	18	Strategic Partnership	21	Partnership in Skills Development	21
----	-----------------------------	----	----------------------------------	----	--	----	--------------------	----	---------------------------	----	--	----	--	----	-----------------------	----	--------------------------	----	--	----	-----------------------	----	------------------------	----	---------------------------	----	-----------------------	----	--------------------------------------	----

## WORK PROGRAM

08	GOVERNMENTAL DIALOGUES AND MEETINGS WITHIN BRICS	22	BRICS Heads of State and Government Summits	22	BRICS Heads of State and Ministers of State	23	DIALOGUES between BRICS Ministers of State	23	BRICS Contact Group on Economic and Trade Issues	24	Cooperation and Investment (Totalization Agreement)	25	Facilitation Agreement	25	Economic and Trade Issues	18	Identification, Monitoring and Overcoming Trade Barriers	18	Intellectual Property	18	Social Security Agreement	17	Strategic Partnership	11	Brazilian Participation in the Work Groups	11				
10	Brazilian Section of BBC	14	Local Currency Payment System	15	Mobility of People and International Business	15	Trade Facilitation	17	Social Security Agreement	18	Cooperation and Investment (Totalization Agreement)	24	Strategy for an Economic Partnership of BRICS	25	BRICS Financial Forum	25	BRICS Think Tank Council	25	Identification, Monitoring and Overcoming Trade Barriers	18	Intellectual Property	18	Facilitation Agreement	18	Economic and Trade Issues	18	Strategic Partnership	21	Partnership in Skills Development	21

Table of Contents



We also need to deepen our knowledge-  
ge regarding the Brazilian investment  
opportunities in these countries, with  
a focus in our competencies and in the  
increase of the global competitiveness  
of our companies, as well as presenting  
opportunities for investments in Brazil,  
especially in infrastructure projects, to  
the other members of the Council. In this  
last aspect, the New Development Bank  
is an important catalyst for the projects  
of interest of the BRICS and, therefore, it  
is in the center of the Council's agenda.  
In the intention of strengthening the  
trade and investment flows, the Brazilian  
Section of BBC, supported by the National  
Confederation of Industries (CNI), has  
been acting in the construction of a Bra-  
zilian agenda for the BRICS that involves  
topics of interest to the private sector  
and international agencies that involve  
negotiations, for example, regarding  
market access, facilitation of trade and  
investments, and strategic partnerships.

This Work Program brings the main ob-  
jectives of the Brazilian Section of BBC to  
BRICS countries, and requests the joint  
action of the Council members, as well as  
the pursued in its relations with the other  
BRICS countries, and requests the joint  
action of the Council members, as well as  
the Brazilian government towards their  
accomplishment.

On intra-BRICS exports, Brazil is in se-  
cond position, after China, which de-  
monstrates the relevance of these markets  
for our exports. The Brazilian export  
agendas is, however, very focused on basic  
products, such as soy, minerals and fuels,  
and in the Chinese market. Therefore, we  
have the challenge to extend, diversify  
and add value to the export agenda to the

# MESSAGE FROM THE CHAIRMAN









# BRICS

## BRAZIL SECTION

### Business Council

2017  
2016  
2015

China and South Africa

Brazil, Russia, India,

Business Council

CEBRICS

Work Program

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Confederação Nacional da Indústria

